

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

ANDREARA CÂMARA ALANO

A AGRICULTURA URBANA COMO MEIO DE GARANTIA DE DIREITOS
FUNDAMENTAIS E HUMANOS: A BUSCA POR CIDADES SUSTENTÁVEIS

CURITIBA

2021

ANDREARA CÂMARA ALANO

A AGRICULTURA URBANA COMO MEIO DE GARANTIA DE DIREITOS
FUNDAMENTAIS E HUMANOS: A BUSCA POR CIDADES SUSTENTÁVEIS

Monografia apresentada ao curso de Graduação
em Direito, Setor de Ciências Jurídicas,
Universidade Federal do Paraná, como requisito
parcial à obtenção do título de Bacharel em
Direito.

Orientadora: Profa. Dra. Katya Regina Isaguirre
Torres

CURITIBA

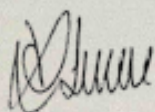
2021

TERMO DE APROVAÇÃO

A agricultura urbana como meio de garantia de direitos fundamentais e humanos: a busca por cidades sustentáveis

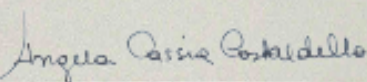
ANDREARA CÂMARA

Monografia aprovada como requisito parcial para obtenção de Graduação no Curso de Direito, da Faculdade de Direito, Setor de Ciências jurídicas da Universidade Federal do Paraná, pela seguinte banca examinadora:

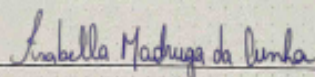


Katya Regina Isaguirre Torres
Orientador

Coorientador



Angela Cassia Costaldello
1º Membro



Isabella Madruga da Cunha
2º Membro

À minha mãe, meu pai, meus irmãos e meu esposo. Vocês são tudo para mim,
minha base.

AGRADECIMENTOS

À Deus, por nunca soltar minha mão e por me mostrar que, até nos momentos mais difíceis, a vida é linda e cheia de aprendizados, basta olhar tudo com amor.

À minha orientadora, Profa. Dra. Katya Regina Isaguirre Torres, que de forma incrivelmente leve e atenciosa me auxiliou nessa caminhada. Obrigada pela atenção, acompanhamento e disponibilidade.

Aos meus pais, Vera e Francisco pelo amor e apoio incondicional. Obrigada por serem vocês o meu exemplo de amor e luta. Obrigada por vibrarem comigo a cada conquista e por serem meu refúgio e colo nos momentos mais difíceis.

Ao meu irmão, Guilherme, pela cumplicidade, apoio e amor. Obrigada por ser assim, desse jeitinho que tanto amo.

À minha irmã, Priscila, por ser a pessoa mais especial da minha vida, minha melhor amiga, minha luz. Obrigada pelo apoio, força e amor.

Ao meu marido e amor da minha vida, Juan, por mesmo de longe se fazer tão presente. Obrigada, meu amor, por sempre me encher de palavras de incentivo. Obrigada pelo apoio, atenção, carinho, força e muito amor.

À minha segunda família, Luci, Joaquim, Jaqueline, Tiago e Bernardo, pelo apoio e compreensão. Obrigada por serem vocês.

À minha vizinha, Cecília, dona do coração mais puro. Obrigada pelo apoio e amor infinito.

Aos meus amigos queridos que me ajudaram, vibraram e me apoiaram nesta caminhada. Vocês foram essenciais, obrigada.

À todos o meu mais sincero amor e gratidão.

Não sei se a vida é curta ou longa para nós, mas sei que nada do que vivemos tem sentido, se não tocarmos o coração das pessoas

Muitas vezes basta ser: colo que acolhe, braço que envolve, palavra que conforta, silêncio que respeita, alegria que contagia, lágrima que corre, olhar que acaricia, desejo que sacia, amor que promove.

E isso não é coisa de outro mundo, é o que dá sentido à vida. É o que faz com que ela não seja nem curta, nem longa demais, mas que seja intensa, verdadeira, pura enquanto durar. Feliz aquele que transfere o que sabe e aprende o que ensina.

CORA CORALINA

RESUMO

O crescimento desordenado das cidades trouxe consigo uma multiplicidade econômico-ambiental e política-cultural da qual resultou em prejuízos nas esferas sociais-econômicas, ambientais e políticas. Diante deste cenário, a discussão da busca por cidades sustentáveis ganha destaque, objetivando transmitir à população a importância de hábitos e valores sustentáveis, além de incentivar práticas de agricultura urbana como uma estratégia de promoção de direitos fundamentais e humanos. Nesse sentido, esse trabalho tem por objetivo geral analisar qual a contribuição da agricultura urbana para efetivação dos direitos humanos e fundamentais da alimentação adequada e do meio ambiente na perspectiva do direito à cidade sustentável. A metodologia utilizada na pesquisa se vale da análise qualitativa, da revisão bibliográfica e da análise de legislação e documental. Compreenderá, inicialmente, a inter-relação entre sustentabilidade e os direitos ao ambiente ecologicamente equilibrado e à alimentação e nutrição adequada nas cidades. Posteriormente, compreenderá o conceito de sustentabilidade socioambiental nas cidades a partir da interpretação do direito urbanístico e direito à cidade. Por fim, buscou, por meio da revisão documental em periódicos, jornais e revistas, descrever a agricultura urbana como uma alternativa sustentável a partir das experiências desenvolvidas nas cidades de Curitiba e São Paulo, no Brasil, em Tóquio, no Japão e em New York e Detroit, nos Estados Unidos, bem como sua importância para a agroecologia. Como conclusão, evidenciou que, o incentivo e a inclusão no ordenamento territorial da prática de agricultura urbana, sobretudo, a agroecológica, como uma política pública, é essencial e necessária para as presentes e futuras gerações, haja vista sua contribuição significativa para a sustentabilidade das cidades e à concretização dos direitos fundamentais e humanos.

Palavras-chave: Cidades. Sustentabilidade. Agricultura. Agroecologia. Alimentação. Meio ambiente.

RESUMEN

El desordenado crecimiento de las ciudades trajo consigo una multiplicidad económico-ambiental y político-cultural que resultó en pérdidas en los ámbitos socio-económico, ambiental y político. Ante este escenario, se destaca la discusión de la búsqueda de ciudades sostenibles, con el objetivo de transmitir a la población la importancia de los hábitos y valores sostenibles, además de incentivar las prácticas de agricultura urbana como estrategia para promover los derechos humanos y fundamentales. En este sentido, este trabajo tiene como objetivo analizar la contribución de la agricultura urbana a la realización de los derechos humanos y fundamentales a la alimentación adecuada y el medio ambiente desde la perspectiva del derecho a la ciudad sostenible. La metodología utilizada en la investigación se basa en análisis cualitativo, revisión de la literatura y análisis de legislación y documentos. Inicialmente, comprenderá la interrelación entre la sostenibilidad y los derechos a un medio ambiente ecológicamente equilibrado y una alimentación y nutrición adecuadas en las ciudades. Posteriormente, comprenderá el concepto de sostenibilidad socioambiental en las ciudades a partir de la interpretación del derecho urbanístico y el derecho a la ciudad. Finalmente, buscó, a través de la revisión de documentos en periódicos, diarios y revistas, describir la agricultura urbana como una alternativa sustentable a partir de las experiencias desarrolladas en las ciudades de Curitiba y São Paulo, Brasil, Tokio, Japón y Nueva York y Detroit, en el Estados Unidos, así como su importancia para la agroecología. En conclusión, mostró que el fomento e inclusión en la planificación territorial de la práctica de la agricultura urbana, especialmente agroecológica, como política pública, es fundamental y necesaria para las generaciones presentes y futuras, dado su importante aporte a la sostenibilidad de las ciudades y el realización de los derechos humanos y fundamentales.

Palabras clave: Ciudades. Sustentabilidad. Agricultura. Agroecología. Alimentación. Medio ambiente.

LISTA DE ABREVIATURAS

CF - Constituição Federal

CONSEA - Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

DHAA - Direito Humano à Alimentação Adequada

DUBDH - Declaração Universal sobre Bioética e Direitos Humanos da Unesco

DUDH - Declaração Universal dos Direitos Humanos

FAO - Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação

ODS - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

OMS - Organização Mundial da Saúde

ONU - Organização das Nações Unidas

LOSAN - Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional

MDS - Ministério de Desenvolvimento Social

PIDESC - Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais

PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

PNMA - Lei da Política Nacional do Meio Ambiente

PMC - Prefeitura Municipal de Curitiba

SAN - Segurança à Alimentação e Nutrição

SEMA - Secretaria Nacional do Meio Ambiente

SISAN - Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

WWI - Worldwatch Institute

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO	11
1.2 JUSTIFICATIVA	12
1.3 TEMA-PROBLEMA	15
1.4 OBJETIVOS	15
1.4.1 GERAL	15
1.4.2 ESPECÍFICOS	15
1.5 METODOLOGIA	15
2 A BUSCA POR CIDADES SUSTENTÁVEIS E A CONCRETIZAÇÃO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS E HUMANOS	17
2.1 DIREITO AO AMBIENTE ECOLÓGICAMENTE EQUILIBRADO	20
2.2 DIREITO À ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO ADEQUADA	25
3 O PLANEJAMENTO URBANOS SUSTENTÁVEL A PARTIR DO DIREITO URBANÍSTICO E DIREITO À CIDADE	35
3.1 DIREITO URBANÍSTICO	36
3.2 DIREITO À CIDADE	39
3.3 SUSTENTABILIDADE SOCIOAMBIENTAL APLICADA À CIDADE	43
4 AGRICULTURA URBANA: A ALTERNATIVA SUSTENTÁVEL NAS CIDADES	47
4.1 EXPERIÊNCIAS DE AGRICULTURA URBANA NO BRASIL	50
4.2 EXPERIÊNCIAS DE AGRICULTURA URBANA NO MUNDO	55
4.3 CONTRIBUIÇÃO DA AGRICULTURA URBANA PARA A AGROECOLOGIA	58
5 CONCLUSÃO	64
REFERÊNCIAS	70

1 INTRODUÇÃO

1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO

As cidades, cuja origem derivou da necessidade de convivência, de proteção e de bem-estar aos seres humanos, são, hoje, marcadas por aglomerações humanas e uma infinidade de construções, as quais carregam consigo uma multiplicidade econômico-ambiental e política-cultural. Dessa multiplicidade é que a problemática urbana surge, uma vez que é a partir do crescimento desordenado que se observa, todavia, consequências e prejuízos nas esferas sociais-econômicas, ambientais e políticas.

Tal crescimento desordenado foi conduzido, contudo, por diversas causas, dentre eles o êxodo rural proveniente da Revolução Verde, marcadamente nos anos 60 e 70, no Brasil. De caráter socialmente conservadora, a modernização observada neste período trouxe práticas produtivas desafiadoras ao meio ambiente, gerando consequências nítidas nas esferas sociais-econômicas, ambientais e políticas, bem como a busca incessante à igualdade e métodos alternativos de produção face ao empobrecimento, desemprego, favelização e supervalorização das elites dominantes (MOREIRA, 2000).

Do ponto de vista social-econômico, o surgimento das cidades privilegiou classes detentoras de poder aquisitivo, as quais, devido suas condições, conseguiram lugares melhores para viver e, assim, construir suas moradias. O que, no entanto, não aconteceu com a população mais vulnerável, as quais tiveram que optar por interferir nos limites das cidades, estando à margem da pobreza, com, muitas vezes, falta de estrutura e condições básicas de saúde, alimentação e serviços públicos.

Já no âmbito ambiental, a discussão versa sobre a ausência de alternativas sustentáveis em cidades com potencial urbanístico acentuado, bem como os impactos ambientais negativos, tais como poluição do ar, descarte de resíduos sólidos, desmatamento de áreas de especial proteção, construções irregulares em áreas inabitáveis, dentre outros. Corroborando, desta forma, para a difícil garantia do direito ao ambiente ecologicamente equilibrado, afetando diretamente a qualidade de vida dos habitantes.

Por fim, na esfera política, diante da complexidade social e espacial nas grandes cidades, tornam-se insuficientes o ordenamento territorial urbano e as políticas públicas existentes para a garantia de direitos à população e da justiça socioambiental. Verifica-se, muitas vezes, que o Poder Público segue o modelo de planejamento tradicional de urbanização, não observando as reais necessidades da população face o crescimento acelerado das cidades, fazendo-se, portanto, imprescindível a adoção de políticas públicas efetivas.

Diante deste cenário, uma temática que vem ganhando destaque no mundo contemporâneo é o movimento ecológico, que, diante da relação dos seres vivos com o ambiente em que habitam, traz em pauta a discussão das cidades sustentáveis. Exige-se, sobretudo, medidas de proteção ambiental, que, por um viés educacional, busca-se transmitir à população a importância de hábitos e valores sustentáveis.

Nesse sentido, a agricultura urbana de cunho agroecológico vinculada a sustentabilidade ambiental pode garantir em maior ou menor medida, o enfrentamento da crise urbana e ambiental e, por consequência, a concretização do direito à cidade, do direito ao ambiente ecologicamente equilibrado e do direito à alimentação e nutrição adequadas, direitos fundamentais e humanos cada vez mais ameaçados na modernidade.

1.2 JUSTIFICATIVA

Os discursos sobre a sustentabilidade, de modo geral, estão atrelados à uma base social de viés educacional e, por isso, sua concepção está apoiada a projetos de mudanças, disseminação de uma consciência ecológica, de projetos comunitários de reciclagem e de alternativas sustentáveis. Seu conceito se resume à procura incessante da qualidade de vida a partir da capacidade adaptativa dos ecossistemas urbanos, de tal forma a superar os desafios e limites vivenciados.

No entanto, nos últimos anos, a busca por cidades sustentáveis encontra constantes obstáculos, os quais corroboram para a difícil concretude da justiça ambiental. Dentre os obstáculos enfrentados, tem-se a questão da urbanização, que, devido ao crescimento desordenado das cidades fez com que espaços para práticas sustentáveis se tornassem quase escassos. Sendo preciso, nesse sentido,

analisar as possibilidades do ordenamento territorial em garantir espaços de agricultura urbana em prol do desenvolvimento sustentável.

Nessa perspectiva, compreende-se a agricultura urbana como uma estratégia para transformação do conteúdo social das grandes cidades. Buscando, por um viés sustentável, o melhor uso dos recursos ambientais, proporcionando aos habitantes maior bem-estar e melhoria na qualidade de vida.

A agricultura urbana, pode, ainda, ser compreendida como uma ferramenta de política pública¹, a qual vem se tornando cada vez mais comum nas grandes cidades com a prática de hortas urbanas/hortas comunitárias/fazendas urbanas. Com objetivo de garantir diversos direitos fundamentais e humanos, essa prática também está atrelada à inclusão social, geração de renda e criação de espaços democráticos.

Assim, sob a perspectiva de análise da cidade que temos e da cidade que queremos para as presentes e futuras gerações, desprende-se da agricultura urbana um sentido educacional no tocante a possibilidade do ordenamento territorial em garantir sua prática. Além, é claro, de contribuir para o desenvolvimento sustentável positivo, sobretudo, nas esferas dos direitos ao ambiente ecologicamente equilibrado, da alimentação e nutrição adequadas, urbanístico e do direito à cidade.

Do ponto de vista constitucional, o direito ao ambiente ecologicamente equilibrado está disciplinado no artigo 225, da Carta Magna, devendo ser garantido pelo Estado, o qual carrega a responsabilidade de defesa juntamente com a coletividade. Assim, o equilíbrio ao meio ambiente proporcionado pela agricultura urbana, garante qualidade de vida e dignidade das pessoas que o habitam. Devendo ser garantido na melhor forma possível para as presentes e futuras gerações, sua função primordial recai sob a forma pela qual a sociedade como um todo utiliza o meio ambiente e os recursos dele advindos, estabelecendo limites, permissões e penalidades quanto a sua utilização.

Já o direito à alimentação e nutrição adequadas, intrinsecamente ligado ao direito à saúde, assim como o meio ambiente ecologicamente equilibrado,

¹De caráter multidisciplinar, as políticas públicas demandam intervenção governamental para solucionar problemas da sociedade. Planejadas e implementadas, as políticas públicas, por meio de ações, promovem o desenvolvimento socioeconômico do país. Para Guareschi (2004, p. 180), as políticas públicas são um “(...) conjunto de ações coletivas voltadas para a garantia dos direitos sociais, configurando um compromisso público que visa dar conta de determinada demanda, em diversas áreas. Expressa a transformação daquilo que é do âmbito privado em ações coletivas no espaço público.” (CARVALHO, BARBOSA e SOARES, 2010, p. 3).

relaciona-se ao pleno desenvolvimento do ser humano. Configurando-se como um direito humano imprescindível para a sobrevivência digna, encontra-se disciplinado na Lei nº. 11.346 de 2006. Definido pela Organização das Nações Unidas como uma resposta à agricultura urbana, o direito à alimentação adequada e à nutrição adequada está atrelado a um padrão de vida adequado, na medida em que dá acesso irrestrito, regular e permanente aos cidadãos urbanos de alimentos seguros, saudáveis e nutritivos.

Nesse sentido, o direito à saúde, elo existente entre o direito ao ambiente ecologicamente equilibrado e o direito à alimentação e nutrição adequada, previsto no artigo 196, da Constituição Federal de 1988, concretiza-se a partir da prática da agricultura urbana ao proporcionar, por exemplo, bem-estar do cidadão urbano e melhora de problemas como estresse, depressão e doenças mentais.

O direito urbanístico, por sua vez, encontra-se disciplinado no artigo 24, inciso I, da Constituição Federal de 1988 e nas disposições do mesmo texto legal no capítulo de Política Pública, artigos 182 e 183. Preocupado com a sistematização e desenvolvimento das cidades ante a dificuldade de organização da população e defesa de direitos e espaços adequados de convivência social, o direito urbanístico engloba o planejamento urbano, direcionando-se à urbanização, ao homem e à expansão da sociedade. Estando, portanto, diretamente relacionado com a função social da propriedade, bem-estar de seus habitantes e com a biodiversidade.

Ademais, como percurso norteador às cidades sustentáveis e como paradigma de concretização dos demais direitos, o direito à cidade, presente na Carta Mundial pelo Direito à Cidade e em Estatutos da Cidade, preocupa-se com as necessidades de dada população a dada época. De origem baseada nos pensamentos de Henri Lefebvre e ressignificada no Brasil, o direito à cidade, embora atrelado às políticas urbanas estatais e projetos urbanísticos, demonstra-se muito mais como um orientador de lutas sociais em prol de melhorias dos seres humanos e de suas ações ante as condições urbanas desiguais e precárias nas cidades. Visa transformar e reformar espaços das cidades de tal forma a combater desigualdades e opressões, proporcionando, desta forma, espaços aptos a concretizar, com dignidade, direitos fundamentais e humanos.

Isto posto, é a partir de todos os direitos mencionados e correlacionados à agricultura urbana, além da ideia de aplicar a sustentabilidade socioambiental às

ciudades, que se defende a relevância do Poder Público, através de políticas urbanas, instrumentos, diretrizes e normativas adequadas ao ordenamento territorial urbano, a elaboração e revisão de leis que incluam a prática da agricultura urbana. Tais iniciativas, não devem, contudo, ignorar a participação popular e a realidade social das comunidades.

Assim, considerando a indissociabilidade do espaço urbano com as questões ambientais, far-se-á uma análise de algumas experiências de agricultura urbana no Brasil e no mundo. Demonstrando sua efetivação, ou não, e em qual medida os direitos fundamentais e humanos foram alcançados para promoção de cidades sustentáveis, democráticas e socialmente justas, calcadas principalmente em seu sentido agroecológico.

1.3 TEMA-PROBLEMA

A pesquisa buscará compreender a relação da agricultura urbana agroecológica com a sustentabilidade e de que forma ela contribui para a qualidade de vida e proteção do meio ambiente.

1.4 OBJETIVOS

1.4.1 GERAL

Analisar qual a contribuição da agricultura urbana para efetivação dos direitos humanos e fundamentais da alimentação adequada e do meio ambiente na perspectiva do direito à cidade sustentável, mapeando, para tanto, experiências no Brasil, em especial Curitiba e São Paulo, em Tóquio, no Japão e em New York e Detroit, nos Estados Unidos.

1.4.2 ESPECÍFICOS

- Demonstrar a inter-relação entre sustentabilidade e os direitos ao ambiente ecologicamente equilibrado e direito à alimentação e nutrição adequada nas

cidades;

- Compreender o conceito de sustentabilidade socioambiental nas cidades a partir da interpretação do direito urbanístico e direito à cidade;
- Descrever a agricultura urbana como uma alternativa sustentável a partir das experiências desenvolvidas nas cidades de Curitiba e São Paulo, no Brasil, em Tóquio, no Japão e em New York e Detroit, nos Estados Unidos, bem como sua importância para a agroecologia.

1.5 METODOLOGIA

Para que o estudo se concretize, a metodologia científica adotada será a análise teórica qualitativa, por meio da descrição, inicial, de percepções acerca do contexto social e ambiental vivenciado no mundo contemporâneo ante a urbanização, para, posteriormente, analisar a busca por cidades sustentáveis, bem como os direitos fundamentais e humanos intrinsecamente à elas ligados.

Buscará, através da revisão bibliográfica, composta pela revisão de livros, artigos e periódicos, demonstrar que a agricultura urbana é uma grande aliada para a garantia e promoção de direitos civis e econômicos-sociais, como o direito ao ambiente ecologicamente equilibrado, direito à alimentação e nutrição adequada, direito à saúde, direito urbanístico e direito à cidade. Destacando, ainda, com base na análise de legislação, diplomas nacionais e internacionais legais relevantes às temáticas referidas, o que se faz adequado para o presente trabalho.

Em seguida, será realizada a revisão documental em periódicos, jornais e revistas, buscando traçar experiências de agricultura urbana nas cidades de Curitiba e São Paulo, no Brasil, em Tóquio, no Japão e em New York e Detroit, nos Estados Unidos, com fito de destacar alternativas sustentáveis eficazes implementadas para a busca de cidades sustentáveis de fundo agroecológico.

2 A BUSCA POR CIDADES SUSTENTÁVEIS E A CONCRETIZAÇÃO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS E HUMANOS

No Brasil, a discussão acerca dos direitos fundamentais e humanos em cidades sustentáveis vem crescendo, sobretudo, no que se refere à sua proteção e promoção, haja vista que esses são indispensáveis para assegurar a todos os seres humanos uma existência digna, segura e sem medo, contemplando o acesso a elementos básicos que os garantam, como o acesso à liberdade, igualdade, saúde, alimentação e educação.

Entretanto, antes de partir para a análise dos elementos básicos a serem abordados e defendidos neste trabalho, torna-se imprescindível a apreciação da origem dos direitos fundamentais e humanos², cuja essência reside no reconhecimento e na proteção da dignidade da pessoa humana.

De acordo com Joaquín Herrera Flores (2009, p. 23), os direitos humanos possuem base jurídica no esforço internacional em garantir a todos garantias fundamentais em meio aos períodos de guerras, descolonização e surgimento de novas nacionalidades e atores internacionais.

Hoje, contudo, levando em consideração a mudança de contexto social, econômico, político e cultural e, ainda, desvencilhando-se da perspectiva tradicional de que os direitos são uma “plataforma” para se obter direitos, Flores (2009) defende que a origem dos direitos humanos deve ser compreendida a partir de contextos concretos de vivência, de modo a integralizá-los, criticá-los e contextualizá-los em práticas sociais transformadoras em prol da dignidade humana.

Assim, os direitos humanos como processo resultado de lutas dos seres humanos frente às desigualdades e injustiças fruto de divisões sociais, culturais, econômicas, étnicas e territoriais, buscam o acesso generalizado, igualitário e não hierarquizado aos bens exigíveis necessários para uma vida digna. Trata-se,

² Os direitos humanos configuram-se, segundo Celso Lafer (FACHIN, 2008), como valores fundamentais à boa convivência humana. Conectados ao contexto espaço-temporal e às constantes transformações sociais e históricas, os direitos humanos estão “em defesa de novas liberdades contra velhos poderes, frutos de uma racionalidade de resistência” (FACHIN, 2013, p. 20). Portanto, configuram-se como trunfos em prol de uma sociedade mais inclusiva e, por isso, devem estar presentes em agendas políticas. Assim, repousando na ideia de dignidade da pessoa humana, os direitos humanos que defendidos no presente trabalho, recaem diretamente no direito à vida e, portanto, devem ser protegidos universalmente e integralmente e realizados na maior medida possível, proporcionando à todos dignidade e bem-estar.

portanto, de dinâmicas sociais voltadas a almejar objetivos fora do direito, tendo ciência das condições materiais reais em que as pessoas vivem e adotando meios adequados que estabeleçam sistemas de garantias (econômicas, políticas, sociais e, sobretudo, jurídicas), atendendo, desta forma, as reivindicações das lutas travadas a cada época (FLORES, 2009).

Na mesma linha, Barreto (2019, p. 23) alega que os direitos humanos são um “conjunto de direitos que materializam a dignidade humana”, defendendo que esta definição também pode ser aplicável aos direitos fundamentais, que, igualmente, são imprescindíveis para a dignidade da pessoa humana. Nesse sentido, a definição de direitos humanos está vinculada à uma dimensão histórica, no sentido de que sua definição é feita com base no momento histórico em que se vive, levando em consideração as necessidades e valores sociais da natureza humana. Por isso, entende-se que seu conceito está em permanente construção, evoluindo na mesma medida em que a humanidade (BRASIL, Fian, 2017-2020, p.8).

De fato, é compreensível entender que a origem dos direitos humanos derivou de demandas sociais, fruto de processos de lutas e conflitos entre grupos. Não à toa, seu nascimento se deu na terceira onda dos movimentos constitucionalistas, mais precisamente no período pós guerra, cujo recompromisso ético valorativo buscava a proteção universal dos sujeitos, razão pela qual houve a criação da Declaração de Direitos do Homem, em 1948, posteriormente chamada de Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), adotada pela Organização das Nações Unidas (ONU).

Em seu artigo 2º, a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) explicita, de pronto, sua preocupação em garantir direitos a todos sem qualquer distinção. E, com o alcance de um patamar internacional de proteção, passou-se a entender que

os direitos humanos são um conjunto de princípios e de direitos, uma aspiração e uma demanda - provindos das lutas - por uma sociedade em que a dignidade e a equidade humanas, no contexto da apreciação plena da diversidade, sejam coletivamente promovidas, protegidas e garantidas. Ademais, direitos humanos oferecem um quadro de referência para se analisar processos sociais, expor a concentração e o abuso de poder em nossas sociedades, identificar aqueles e aquelas que tiveram seus direitos violados, bem como aqueles que abusaram de seu poder, e determinar as obrigações do Estado de respeitar, proteger e realizar esses direitos (...) (VALENTE, 2014, p. 03, apud por BRASIL, Fian, 2017, p. 31)

Desta forma, compreende-se que os direitos humanos correspondem às obrigações do Estado em garanti-lo a todos os indivíduos, comunidades, organizações não governamentais, famílias, entre outros atores sociais. Nesse sentido, é mister esclarecer que, ao mesmo tempo em que se define um titular de direitos, define-se, também, um portador de obrigações (BRASIL, Fian, 2017, p.10).

Sendo assim, o Estado, como provedor de direitos e garantias, precisa ter uma postura ativa em prol dos direitos sociais, culturais e econômicos, de tal forma a criar condições para que eles sejam garantidos na melhor medida possível. Por isso,

(...) cada país, ao firmar os tratados internacionais de direitos humanos, deve reconhecer sua obrigação de elaborar leis, políticas públicas e realizar ações que promovam a equidade e reduzam progressivamente as desigualdades, tanto em âmbito nacional como internacional. (...) (BRASIL, Fian, 2017, p. 14, grifo meu)

Observando, desta forma, as necessidades de cada tempo, buscando, assim, garantir em sua máxima completude os direitos humanos e os direitos fundamentais constitucionalmente previstos.

Destarte, no tocante à ideia dos direitos fundamentais, Leandro Henrique Goulart e Josiane Livia Fernandes (2012, p. 143) defendem que “os direitos fundamentais apresentam-se como verdadeira constitucionalização dos direitos humanos”, ou seja, trazem como ponto de vista uma conceituação formal de que os direitos fundamentais apresentam-se como direitos e garantias constantes no instrumento constitucional. Além disso, os direitos fundamentais possuem uma relação com os direitos humanos, já que estão intrinsecamente relacionados à dignidade da pessoa humana, razão pela qual, muitas vezes, os direitos humanos encontram matriz nos direitos fundamentais consagrados pelos Estados.

À vista disso, salienta-se que, embora os direitos humanos possam encontrar, eventualmente, matriz nos direitos fundamentais e, portanto, estejam ligados à ideia de Estado Democrático de Direito, não estão explícitos diretamente na nossa Constituição Federal, por exemplo.

A Constituição Federal de 1988, como lei fundamental e suprema do Brasil, busca consagrar declaradamente direitos e garantias fundamentais e básicas de cada cidadão, expressando e englobando direta e indiretamente outros direitos e garantias, decorrentes do regime e dos princípios adotados ou de tratados

internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte (CF, 1988, artigo 5º, parágrafo 2º).

Além do mais, no tocante aos direitos fundamentais, frisa-se que, especialmente em seu Título II, a Constituição Federal de 1988 alude, segundo Manoel Gonçalves Ferreira Filho (2016, p. 120), em “caráter exemplificativo”, os Direitos e Garantias Fundamentais, os quais são subdivididos em cinco capítulos, a saber: direitos individuais e coletivos; direitos sociais; direitos de nacionalidade; direitos políticos e direitos relacionados à existência, organização e a participação em partidos políticos. Evidenciando-se em diferentes momentos de sua redação, o esforço em garantir dignidade aos seres humanos por meio de direitos fundamentais.

Nessa perspectiva, os direitos fundamentais cuja base é o reconhecimento da dignidade da pessoa humana (CF 88, artigo 1º, inciso III), encontra suporte no compromisso do Estado em afirmar e reafirmar a busca de uma condição biológica, psicológica, política, econômica, social e cultural plena aos indivíduos, protegendo-os e assegurando-os uma condição dignamente humana, cujo valor é incondicional, incomensurável, insubstituível e supremo (PEQUENO, 2016, p. 27).

Portanto, a Constituição Federal de 1988, por si só, procura abarcar de forma geral, elementos políticos, sociais e jurídicos. Visa um englobamento de princípios, normas e regras, as quais atendam uma realidade global, procurando estabelecer direitos aos cidadãos, limitando também a ação de controle do Estado.

É nesse sentido, então, que os direitos fundamentais e humanos se demonstram como instrumentos que visam à melhoria da qualidade de vida dos cidadãos e, por consequência, das cidades. Assim, para melhor compreensão do proposto neste trabalho, faz-se necessário, de pronto, definir as fundamentações constitucionais e características dos direitos fundamentais e humanos que aqui serão discutidos e defendidos, para, posteriormente, interrelacioná-los com a busca por cidades sustentáveis, a fim de demonstrar que a observância conjunta destes direitos são fundamentais para dar conta da complexidade do direito à cidade.

2.1 DIREITO AO AMBIENTE ECOLÓGICAMENTE EQUILIBRADO

Como ponto de partida, cumpre analisar o que vem a ser o direito ao ambiente ecologicamente equilibrado, cuja proteção vem sendo debatida

amplamente na atualidade em razão de alertas de ambientalistas, cientistas, ecologistas e diversos outros atores sociais interessados em mudanças de comportamento do ser humano, visando o uso consciente dos recursos naturais (SCHERER, 2015, p. 73), configurando a proteção do meio ambiente como uma preocupação mundial e inserindo-o em normativas como forma de elevar sua relevância à sociedade.

Foi a partir da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente, em 1972, realizada em Estocolmo, na Suécia, que as preocupações ambientais passaram a ser reconhecidas e os textos constitucionais passaram a proteger e conservar o meio ambiente (SCHERER, 2015 p. 74), enfocando a necessidade de mudanças de comportamentos ambientais.

Embora a observância do meio ambiente venha a partir da Revolução Industrial, no século XVIII, a qual desencadeou transformações ambientais profundas em decorrência do paradigma de consumo e do aumento populacional expressivo, corroborando para a luta de recursos, bens e serviços ambientais (SAMPAIO, 2013, p. 3), foi com a Conferência das Nações Unidas de 1972 que houve a divulgação de uma carta de princípios, como uma espécie de guia para a proteção e preservação do meio ambiente em face do desenvolvimento, a qual influenciou a internalização de diversos outros ordenamentos jurídicos brasileiros (SAMPAIO, 2013, p. 5).

No âmbito nacional, destaca-se, nesse contexto, a Secretaria Nacional do Meio Ambiente (SEMA), criada em 1973, a Lei da Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA) (Lei nº. 6.938), criada em 1981, o próprio capítulo sobre meio ambiente na Constituição Federal de 1988 e a Eco 92, também chamada de Estocolmo +20, Cúpula ou Cimeira da Terra e de Rio 92, realizada no Rio de Janeiro, em 1992, cujo objetivo versava na preservação e melhoramento do meio ambiente humano, além de compor as preocupações ambientais na seara internacional, reafirmando, também, a Declaração de Estocolmo de 1972 (SAMPAIO, 2013, p. 5).

Destarte, é por meio dessas influências internacionais e nacionais que a importância de preservação e defesa do ambiente ecologicamente equilibrado para as presentes e futuras gerações é incorporada e ressaltada no ordenamento constitucional brasileiro, buscando regular a relação entre os seres humanos e o meio ambiente.

Assim, como marco de defesa dos direitos e interesses ambientais, o meio ambiente ganha somente na Constituição Federal de 1988³ um capítulo próprio, disciplinando o direito ao ambiente ecologicamente equilibrado especificamente no artigo 225.

Nesse sentido, a Constituição Federal de 1988, de acordo com Santilli (2005, p. 43), reconheceu o meio ambiente de maneira muito mais ampla em comparação à Política Nacional de Meio Ambiente (Lei nº. 6.938/81), a qual traz no bojo de seu artigo 3º uma definição mais restritiva, conceituando o meio ambiente como um: “conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas”.

Em contrapartida, segundo a autora, a Carta Magna integraliza tanto os bens naturais, quanto os bens culturais, abarcando em diversos momentos a questão ambiental, não se restringindo ao dispositivo do artigo 225 e seu respectivo capítulo, configurando-se como uma Estado Constitucional Ecológico.

Tal concepção é defendida pelos autores Abreu e Bussinguer (2015, p. 4) que, em sua obra, trazem o jurista J. J. Gomes Canotilho e sua concepção de um Estado Constitucional Ecológico, abordando a importância da proteção do meio ambiente como sendo um direito fundamental, bem como a mutualidade existente com a dignidade da pessoa humana e a garantia da qualidade de vida. Destacando-se, o seguinte pensamento:

1) o Estado constitucional, além de ser e dever ser um Estado de Direito democrático e social, deve ser também um Estado regido por princípios ecológicos; (2) o Estado ecológico aponta para formas novas de participação política sugestivamente condensadas na expressão democracia sustentada (...) (CANOTILHO, 2001, p. 9).

Assim, acrescido pelo legislador como um direito fundamental e primordial ao Estado Constitucional, o direito ao ambiente ecologicamente equilibrado

³De acordo com Silva (2015, p. 117) “A primeira Constituição brasileira, editada em 1824, não fazia qualquer referência ao meio ambiente e à proteção dos recursos naturais. Essa ausência de disciplinamento constitucional é observada em todos os cinco textos subsequentes editados pelo legislador constituinte, ou seja, as Constituições de 1891, de 1937, de 1946 e de 1967/69 tampouco se manifestaram sobre a proteção ambiental. Os recursos naturais eram tidos como recursos econômicos a serem explorados e a sua abundância tornava inimaginável a necessidade de algum tipo de proteção.”. Foi após da década de 70 que a conscientização do ser humano sobre a proteção do meio ambiente começou a aflorar, haja vista as discussões internacionais de tragédias ambientais fruto de ações do homem, principalmente no Japão, na Europa e nos Estados Unidos, as quais serviram como estopim para a elaboração dos primeiros princípios de proteção ambiental (SILVA, 2015, p. 118).

configura-se, segundo Goulart e Fernandes (2012, p. 147) como um “alargamento do direito à vida, seja sob o prisma da existência física e saúde da humanidade, seja pela dignidade inerente a essa existência”. Os autores defendem, ainda, que, o Estado deve estar “compelido a encontrar diretrizes capazes de garantir o acesso aos meios de sobrevivência da humanidade como um todo (...) e, por isso, “tem o dever de fazer evitar a ocorrência de riscos ambientais prejudiciais à própria vida” (GOULART e FERNANDES, 2012, p. 147).

Partindo deste entendimento, defende-se uma forte tendência de relação entre a dignidade da pessoa humana com os direitos humanos e, por consequência, com o direito ao ambiente ecologicamente equilibrado. À vista disso, pode-se afirmar que, o desequilíbrio do meio ambiente causado por ações antrópicas reflete diretamente em uma possível negação dos direitos humanos, pois, interferindo-se negativamente no direito ao ambiente ecologicamente equilibrado, interfere-se, na mesma medida, na dignidade da pessoa humana (CALGARO e RECH, 2017, p. 7).

Desse modo, reflete-se que, a vida digna ao ser humano, sobretudo de grupos econômicos-sociais vulneráveis, fica comprometida e, por vezes, negada, quando há interferências negativas significativas no meio ambiente, provocando seu desequilíbrio ecológico. Por isso, a preservação do meio ambiente em sua forma sadia e equilibrada é, para Calgaro e Rech (2017, p. 8), “um requisito essencial para a geração de vida, e continua sendo essencial para a manutenção dela”, principalmente no que se refere à garantia da vida digna.

Nesse sentido, o direito ao ambiente ecologicamente equilibrado deve ser “observado como uma norma de plena eficácia e aplicabilidade, sendo essencial que suas determinações se façam presentes em todo o ordenamento jurídico brasileiro” (LEAL, BIOEN e MARIN, 2017, p. 46). Buscando, desta forma, condizer com a urgência da crise ambiental existente ao observar a preservação e defesa da natureza.

Ainda, no tocante à conceituação de meio ambiente, Lenza citado por Araújo (2010, p. 396) utiliza-se dos pensamentos do ilustre José Afonso da Silva acerca da expressão “meio ambiente”, compreendendo que sua conceituação há de ser

globalizante, abrangente de toda a natureza original e artificial, bem como os bens culturais correlatos, compreendendo, portanto, o solo, a água, o ar, a flora, as belezas naturais, o patrimônio histórico, artístico, turístico, paisagístico e arqueológico” (ARAÚJO, 2013, p. 303)

Correlacionando-os com os seres vivos, sem, contudo, olvidar-se da complexidade e amplitude do meio ambiente, bem como a afirmação de que seus recursos naturais são finitos e esgotáveis.

À vista disso, pode-se compreender que a necessidade de proteção e preservação do meio ambiente decorre de diversos fatores, tais como o crescimento desordenado das cidades, consumismo infrene, repercussões negativas em face de atividades econômicas e diversos outros fatores negativos que assolam o meio ambiente ecologicamente equilibrado (ARAÚJO, 2013, p. 307).

Entende-se, nessa perspectiva, que, a função primordial do direito ao ambiente ecologicamente equilibrado recai sob a forma pela qual a sociedade em seu sentido mais abrangente utiliza o meio ambiente e os recursos dele advindos, estabelecendo limites, permissões e penalidades quanto a sua utilização.

É nesse sentido que Silva (2015, p. 120), pontifica que

(...) o direito ao meio ambiente equilibrado pressupõe o cumprimento da obrigação de proteção ambiental. Tratando-se (grifo meu) tanto de um direito, quanto de um dever. Verificando-se (grifo meu) um efeito bumerangue, na medida em que o meio ambiente saudável apresenta-se como um direito constitucionalmente garantido a “todos”, mas que volta em forma de obrigações e exigências a serem cumpridas pelo Estado e pelos cidadãos.

Razão pela qual observa-se, na Constituição, a proteção do meio ambiente ecologicamente equilibrado em duas dimensões, a dimensão de um direito subjetivo e a dimensão de um direito objetivo. Silva (2015, p. 120) explica que:

pela dimensão objetiva, reconhece o direito ao meio ambiente equilibrado como um dever ou tarefa estatal. Pela dimensão subjetiva, admite o meio ambiente equilibrado como direito individual e de liberdade de cada indivíduo de acesso, uso e gozo de um ambiente saudável.

Verificando-se, aqui, o efeito bumerangue ora defendido. Lado outro, Santos (2000, p. 24) considera que o direito ao ambiente ecologicamente equilibrado combina

características dos direitos de defesa, pois desdobra o clássico direito à vida, com elementos dos direitos a prestações, porém sendo titularizado pela comunidade, apresenta-se o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado como um direito fundamental a proteger interesses difusos. Tais

interesses, apesar de reflexamente se projetarem sobre o sujeito e ensejarem o surgimento de alguns direitos individuais, dizem respeito à sociedade como um todo, e se fazem sentir como “necessidades coletivas individualmente sentidas.

Nessa mesma perspectiva, Santilli (2005, p. 33) assegura que, por ser essencial à sadia qualidade de vida, o meio ambiente ecologicamente equilibrado configura-se como um direito humano fundamental. Além disso, defende que, embora não esteja elencado explicitamente com os demais direitos e garantias fundamentais, no artigo 5º da Constituição Federal, seu reconhecimento é manifestado pela doutrina, uma vez que permeia o direito à vida e, por isso, a garantia da proteção, preservação e manutenção do meio ambiente ecologicamente equilibrado se faz crucial.

Assim, não há dúvida de que a proteção constitucional do meio ambiente tornou-se um elemento primordial no processo de desenvolvimento urbano, social e econômico e, por isso, preservar o meio ambiente em sua máxima completude, é se atentar também, à qualidade ambiental do meio que, conforme Philippi Jr e Bruna (2019, p. 735) comentam, associa-se à duas dimensões, a material e a imaterial, relacionando-se com “as formas de vida associadas ao equilíbrio das relações ecológicas e à evolução dos ecossistemas naturais, com a formação de paisagens naturais e uso de recursos naturais”.

E, portanto, como sendo um macro bem jurídico⁴ e um pressuposto de garantia da qualidade de vida com dignidade, o direito ao ambiente ecologicamente equilibrado envolve interações de diferentes esferas, especialmente no que se refere aos elementos naturais e sócio-culturais para com os seres vivos de determinado meio. Deve, por isso, ser garantido na maior medida possível pelo Estado, o qual, ainda, divide a responsabilidade de defesa e preservação com a coletividade, responsabilidade esta que segue um caminho pelo desenvolvimento ao visar um ambiente digno às presentes e futuras gerações (ROSA; FRACETO e CARLOS, 2012).

Logo, impõe-se por meio do artigo 225 da Constituição Federal de 1988, a necessidade de recuo da intervenção humana inconsequente perante os recursos

⁴ “Morato Leite destaca que a legislação pátria conferiu ao meio ambiente a conotação de macrobem por ter adotado uma visão globalizada e integral, caracterizando-o, portanto, como amplo, de natureza imaterial, indivisível e difuso, não obstante também existir o microbem, entendido como todos os bens que compõem o meio ambiente.” (KALIL e FERREIRA, 2017, p. 342).

naturais. Além disso, impõe-se, indiretamente, a intrínseca relação com a qualidade de vida e a saúde da população, garantindo, desta forma, a concretização de direitos e também, como se verá no ponto 2.3, a busca pela sustentabilidade.

2.2 DIREITO À ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO ADEQUADA

Nas últimas décadas, as discussões acerca do direito à alimentação adequada se intensificaram, sobretudo, diante das crises e demandas sociais. No Brasil, especificamente no último ano, aproximadamente 117 milhões de pessoas⁵ não possuíam acesso pleno e permanente aos alimentos, estando em frente à insegurança alimentar, seja ela em sua modalidade leve, moderada ou grave (RBA, 2021). Demonstrando-se, assim, a máxima necessidade de meios de garantia para efetivação do direito humano à alimentação e nutrição adequadas, direito este de caráter fundamental e inerente à dignidade da pessoa humana.

Por isso, faz-se imprescindível reportar-se à origem do direito à alimentação adequada, analisando sua importância e interpretação conceitual dada a cada tempo, a qual é moldada até os dias de hoje, procurando, contudo, aproximar-se cada vez mais a um caráter fundamental.

Foi no ano de 1948, na Assembleia das Nações Unidas (VALENTE, 2016, p. 1), em que houve ampliação e generalização da defesa e da promoção dos direitos humanos que incluiu-se o direito à alimentação na Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) no artigo 25º.

Embora já considerado como um direito fundamental, o direito à alimentação não detinha força neste primeiro momento (VALENTE, 2016, p. 2), ganhando maior visibilidade no Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (PIDESC)⁶, sobretudo no artigo 11º.

⁵ Dados do Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia mostraram que das 177 milhões de pessoas em insegurança alimentar, entre leve, moderada e grave, 19,1 milhões de pessoas encontram-se efetivamente sem nenhum acesso a alimentos, estando em um quadro grave de insegurança alimentar. (RBA, 2021). O número estarrecedor é fruto das instabilidades socioeconômicas, agravadas principalmente durante a pandemia do COVID 19 nos anos de 2020 e 2021 e, também, por razões políticas, segundo a socióloga e líder do Grupo de Pesquisa Alimento para Justiça Renata Motta, a qual defende que este aumento expressivo no número de pessoas em insegurança alimentar é fruto, também, da redução de iniciativas governamentais, que, desde 2016, sofreram desincentivo. (PELLEGRINI, 2021).

⁶ O Pacto Internacional sobre os Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (PIDESC), de 1966, entrou em vigor no Brasil por meio do Decreto nº. 591, de 6 de junho de 1992, trazendo em seu preâmbulo o ideal de um mundo livre do temor e da miséria, estando em consonância com a Declaração Universal de Direitos Humanos, de 1948. (BRASIL, 2013, p. 15)

O artigo 11º elencou o direito à alimentação adequada como um direito fundamental dos seres humanos de estarem livres da fome, assegurando-o por meio da cooperação internacional à realização de medidas de “produção, conservação, distribuição, conhecimento técnico, nutrição e formas melhores de acessar recursos naturais” (VALENTE, 2016, p. 4).

Em seguida, no ano de 1996, em Roma, firmou-se a Declaração de Roma sobre a Segurança Alimentar Mundial e o Plano de Ação da Cúpula Mundial da Alimentação, configurando-se como um marco em prol da redução da fome mundial ao firmar sete compromissos em face ao direito à alimentação adequada (BRASIL, 2013, p. 16). Já no 1997, houve, por parte da sociedade, a proposta do Código de Conduta Internacional de Direito à Alimentação, preocupado em possibilitar saúde nutricional e bem-estar aos cidadãos, passou-se a denominar o direito à alimentação adequada como direito à alimentação e nutrição adequadas (VALENTE, 2016, p. 5).

Em 1999, elaborado pela ONU, o Comentário Geral 12 tratou especificamente do direito à alimentação adequada⁷ ao interpretá-lo como um “itinerário a ser realizado progressivamente”, delegando aos Estados a obrigação de efetivar medidas que concretizam na maior medida possível o direito à alimentação adequada (BRASIL, 2013, p. 18-19).

Nesse sentido, observa-se a clara progressão internacional acerca do entendimento e interpretação extensiva do direito à alimentação e nutrição adequadas. Observa-se, também, que, na linha do tempo dos anos de 1948 a 1999 ampliou-se sua força, preocupação e obrigação por parte dos Estados em implementar ações necessárias para mitigar e aliviar a fome. Além disso, consolidou-se o direito à alimentação como um direito fundamental, do qual necessita de meios adequados para obtenção e acesso ininterrupto a alimentos de qualidade.

Ademais, em 2004, a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação (FAO)⁸ sobre o Direito à Alimentação Adequada, de forma pioneira,

⁷Com relação ao termo “adequada”, Prates (2014, p. 45-46) comenta em sua obra que o Comentário Geral nº. 12 teve especial importância jurídica no que tange à definição do direito à alimentação adequada, isso porque, ao referi-lo desta forma, procura passar a ideia da “busca de critérios/fatores para se indicar com precisão se determinados alimentos são compatíveis com o almejado pelo supracitado artigo 11 do PIDESC (ONU, 1999; PIOVESAN, 2007, p. 32)”. Ademais, comenta que o termo “adequação” encontra relação com os preceitos disciplinados no parágrafo 8º do Comentário Geral nº. 12, a saber: necessidades dietéticas; ausência de substâncias adversas; aceitabilidade cultural; disponibilidade; e acessibilidade. (PRATES, 2014, p. 45-46)

⁸ A FAO conta, atualmente, com 189 países membros comprometidos em erradicar a fome da humanidade.

elaborou diretrizes, conhecidas como Diretrizes Voluntárias, para fortalecimento e implementação efetiva do direito humano à alimentação adequada, além de discutir e chegar a um consenso entre governos sobre a conceituação do direito humano à alimentação adequada (BRASIL, Fian, 2017-2020, p. 17), enfatizando

que os indivíduos têm direito a um ambiente propício no qual possam satisfazer suas necessidades e as de suas famílias, inclusive alimentação; a disponibilidade e o acesso à alimentos seguros e nutritivos, que podem ser garantidos por meio de produção própria ou do mercado, a importância do acesso à informação simples e confiável aos consumidores para que possam fazer boas escolhas alimentares (BRASIL, Fian 2017-2020, p. 17).

Frisa-se, aqui, a preocupação em garantir aos cidadãos não somente o acesso à alimentos de qualidade em sua forma mais nutritiva, mas também às informações de modo simples e confiável à comunidade acerca de escolhas saudáveis e modos de produção e de consumo de alimentos seguros e nutritivos, propiciando, atingir as necessidades básicas de cada grupo familiar.

Observa-se, portanto, o reconhecimento do direito humano à alimentação adequada em diversos instrumentos internacionais, fazendo-se oportuno salientar que o direito à alimentação e nutrição adequadas passou a ganhar, cada vez mais, os palcos de discussões, doutrinas e políticas públicas. Tal espaço deu-se porque a alimentação adequada e nutricionalmente equilibrada é um direito fundamental humano e, portanto, diretamente relacionado à dignidade e bem-estar do cidadão.

Nesse sentido, no Brasil, levando em consideração os marcos legais e orientadores anteriormente expostos, foi apenas com a Emenda Constitucional nº. 64 de 04 de fevereiro de 2010⁹ que o direito à alimentação foi incluído nos direitos sociais. Reconhecido pelo artigo 6º da Constituição Federal de 1988, o direito à alimentação deve ser assegurado pelo Poder Público justamente pelo seu caráter fundamental e inerente à dignidade da pessoa humana.

⁹ A Emenda Constitucional nº. 64/2010 é fruto de um longo processo de lutas sociais travadas em nossa sociedade. Preocupada em fortalecer a “construção social de um sistema público de segurança alimentar e nutricional” (BRASIL, 2013, p. 21) frente às demandas sociais e garantir direitos e lutas contra a pobreza, fome e miséria, a Emenda Constitucional nº. 64/2010 vem conferir ao direito à alimentação adequada o status de um direito constitucional, que, ao lado de diversos outros direitos sociais, como a educação, saúde e segurança, “consolida-se uma importante garantia, dando a força necessária para que a sociedade civil faça frente àqueles discursos que procuram colocar o problema da fome como uma questão meramente econômica ou que está diretamente relacionada à saúde pública”. (BRASIL, 2013, p. 22)

Desta forma, compreende-se o direito à alimentação adequada como o acesso irrestrito, regular e permanente dos cidadãos à alimentos seguros e saudáveis, capaz de atender, de acordo com Mancuso, Fiore e Redolfi (2015, p. 4), às “necessidades sociais do indivíduo considerando a quantidade, a qualidade, a diversidade e a segurança microbiológica e tecnológica dos alimentos a serem consumidos”.

Em continuidade, dentre diversas outras políticas públicas criadas em prol do direito à alimentação e nutrição adequadas, destaca-se, ainda, o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), de 1991, mas recriado em 2003. De caráter consultivo, objetiva, por meio de ações do governo e da sociedade civil, elaborar diretrizes que pudessem de forma efetiva assessorar a elaboração de políticas públicas garantidoras do direito humano à alimentação e nutrição adequada (COUTINHO, 2010, p. 110).

Outrossim, o direito à alimentação adequada encontra respaldo jurídico na Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN), ou Lei nº. 11.346, sancionada no dia 15 de setembro de 2006, a qual cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN)¹⁰. Com vistas a assegurar o direito humano à alimentação adequada (BURITY; FRANCESCHINI; VALENTE; RECINE; LEÃO e CARVALHO, 2010, p. 7), objetiva promover a todos o acesso regular e permanente a alimentos de qualidade e em quantidade suficientes, prezando pelo mínimo existencial e pela saúde da população (artigo 3º, Lei nº. 11.346/06).

A LOSAN, nesse sentido, apresenta como marco legal princípios, diretrizes e objetivos do SISAN, dos quais buscam respaldo em políticas e planos para fomentar o elo entre governo e sociedade, a fim de acompanhar, monitorar e avaliação a segurança alimentar e nutricional do país (artigo 10º, Lei nº. 11.346/06).

Ademais, a Lei reafirma em seu artigo 2º, o caráter fundamental do direito à alimentação e a responsabilização do Poder Público em realizá-lo (COUTINHO, 2010, p.112), bem como salienta em seu artigo 5º, que, a realização da Segurança à Alimentação e Nutrição (SAN) e do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) como direitos humanos, requerem o “respeito à soberania, que confere aos

¹⁰ A Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) foi um movimento social derivado da publicação do livro de Josué de Castro, intitulado como “Geografia da Fome”, em 1940, contudo, devido às repressões sofridas à época, o movimento somente ganhou maior visibilidade na década de 1980. (COUTINHO, 2010, p. 110)

países a primazia de suas decisões sobre a produção e o consumo de alimentos.” (Artigo 5º, da Lei nº. 11.346/06).

Nesse sentido, o conceito de segurança alimentar e nutricional está ligado ao direito humano à alimentação adequada e, conseqüentemente, à dignidade da pessoa humana. E, por isso, o Estado tem a obrigação de respeitar¹¹, promover¹², proteger¹³ e prover¹⁴ a alimentação da população, assim como a população tem o direito de exigir por meio de diversos mecanismos a efetivação deste direito.

Verifica-se, portanto, uma multiplicidade de fatores catalisadores para a busca da promoção e enfrentamento efetivo do direito humano à alimentação adequada, bem como da segurança alimentar e nutricional que, de maneira isolada, encontrariam obstáculos maiores de concretização, mas que, conjuntamente, aliam-se em prol dos efeitos pretendidos.

Desta forma, a implementação de diversas políticas públicas em cada momento histórico¹⁵ contribuiu em alguma medida para a concretização do direito à alimentação e nutrição adequadas e ao desenvolvimento de novos saberes, conceituações e políticas públicas. Por isso que, a participação social em interação às ações governamentais ganham relevância tanto para compreensão da realidade social de dada comunidade, como para possíveis avanços, seja na construção de

¹¹ Respeitar significa “a obrigação de respeitar os direitos humanos requer que os Estados não tomem quaisquer medidas que resultem no bloqueio à realização desses direitos. O Estado não pode, por meio de leis, políticas públicas ou ações, ferir a realização dos direitos humanos e, quando o fizer, tem que criar mecanismos de reparação. Exemplo: políticas públicas que geram desemprego devem ser associadas a mecanismos que garantam a geração de novos empregos e salário desemprego até a normalização da situação”. (BURITY; FRANCESCHINI; VALENTE; RECINE; LEÃO e CARVALHO, 2010, p. 23)

¹² Promover significa “a obrigação de promover/facilitar significa que o Estado deve envolver-se pró-ativamente em atividades destinadas a fortalecer o acesso de pessoas a recursos e meios e a sua utilização por elas, para garantia de seus direitos humanos. O Estado tem que promover/facilitar políticas públicas que aumentem a capacidade das famílias de alimentarem a si próprias, por exemplo”. (Idem)

¹³ Proteger significa que “o Estado tem que proteger os habitantes de seu território contra ações de empresas ou indivíduos que violem direitos humanos. Exemplo: o estado deve proteger o direito a alimentação de grupos ou indivíduos ameaçados pela ação de grandes empresas que contaminam ou impedem sua produção de alimentos.” (Idem)

¹⁴ Prover significa que “o Estado tem também a obrigação, em situação de emergência e/ou individuais ou familiares que, por condições estruturais ou conjunturais, não se tenha condições de garantir para si mesmo alimentação, moradia adequada, educação, saúde. O Estado tem, por exemplo, a obrigação de garantir a alimentação e a nutrição com dignidade a famílias que passam fome ou estão desnutridas por condições que fogem ao seu controle. O Estado deve também buscar garantir que essas famílias/pessoas recuperem a capacidade de se alimentar, quando forem capazes de fazê-lo.” (Idem)

¹⁵ Dentre diversas políticas públicas implementadas no Brasil, destaca-se o programa Fome Zero (criado em 2003 pelo governo federal, visa o direito de alimentação da população brasileira, sobretudo, às mais vulneráveis) e o PAA (Programa de Aquisição de Alimentos - objetiva o acesso à alimentação incentivando a população a prática da agricultura familiar).

consensos, na promoção de iniciativas públicas estratégicas, no bem-estar nutricional e na dignidade humana.

Por fim, compreender o acesso à alimentação e à nutrição adequadas em si mesmas, é compreender o direito fundamental humano à vida digna. Negar este acesso é antes de mais nada, negar o direito intrínseco ao ser humano, que é o direito à vida.

2.3 A INTER RELAÇÃO ENTRE SUSTENTABILIDADE E OS DIREITOS AO AMBIENTE ECOLÓGICAMENTE EQUILIBRADO E À ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO ADEQUADA NAS CIDADES

Partindo da compreensão da relevância da garantia da qualidade de vida digna aos cidadãos, foi, todavia, com o crescimento desordenado das cidades que inquietações de mudanças frente aos prejuízos nas esferas sociais, econômicas, ambientais e políticas vieram a surgir. Intensificou-se, nesta seara, a discussão pela busca da sustentabilidade, objetivando transmitir à população a importância de hábitos e valores sustentáveis em prol da qualidade de vida e bem-estar.

A fim de alcançar o desenvolvimento sustentável positivo das cidades, como se verá no Capítulo 3, a proteção e garantia do direito ao ambiente ecologicamente equilibrado e do direito à alimentação e nutrição adequadas devem constituir componentes primordiais ao processo de desenvolvimento, considerando-os de forma conjunta e relacionando-os a um elemento comum: a saúde.

Logo, a compatibilização do desenvolvimento sustentável com os direitos ao ambiente ecologicamente equilibrado e à alimentação e nutrição adequadas, pode ser analisada por meio do direito à saúde em sua forma abrangente. Isso porque, a garantia da saúde aos cidadãos é tão logo assegurada quando se implementa alternativas que viabilizem tais direitos.

Assim, compreender o direito à saúde e, portanto, a uma vida saudável, remete a necessidade de assegurar a plenitude do meio ambiente e da alimentação, que, para Zacarias (2007, p. 218) recaem na proteção do bem-estar público. Garantindo-se, desta forma, ambientes físicos e sociais saudáveis, possibilitando, ainda, um desenvolvimento humano sustentável.

Nesse sentido, a fim de alcançar uma vida saudável tão primordial para as presentes e futuras gerações, vale entender a indispensabilidade de alimentar-se de

modo consciente a partir da utilização racional dos recursos advindos do meio ambiente, constituindo-se em um ato ecológico¹⁶.

Tal ato espelha-se, pois, diretamente na vida saudável, uma vez que, passa-se a refletir sobre a qualidade e origem dos alimentos, além da importância de respeitar o meio ambiente com métodos de produção e de consumo menos impactantes (RAMOS, 2011, sem paginação). Busca-se, assim, na maior medida possível, a conservação do meio ambiente e o acesso e distribuição adequados de alimentos às populações.

Nesse rumo, tendo o direito à saúde e, por consequência, a uma vida saudável como um direito fundamental de todos e um elo entre o direito ao ambiente ecologicamente equilibrado e o direito à alimentação e nutrição adequadas, cabe compreender que sua concretização também está voltada ao bem-estar e dignidade do cidadão. Para tanto, necessita-se de políticas sociais e econômicas que, de forma universal e igualitária, reduzam efetivamente os riscos de doenças e diversos agravos decorrentes de condições e hábitos inadequados (DA SILVA, p. 5-8).

Por isso, intrinsecamente conectado à sobrevivência da pessoa, o direito à saúde encontra-se inquestionavelmente evidenciado em nossa Constituição (SARLET, 2002, p. 44), que busca promover, proteger e recuperar a saúde a partir de normativas e políticas públicas em meios aos desafios contemporâneos.

Objetiva-se, assim, prioritariamente, a qualidade de vida e bem-estar dos cidadãos (RIBEIRO, 2013, p. 37), indo de encontro ao entendimento dado pela Organização Mundial da Saúde (OMS) acerca da Promoção da Saúde¹⁷. Entendendo-a como “a elaboração e implementação de políticas públicas saudáveis, reforço da ação comunitária e criação de espaços saudáveis”. Evidenciando-se, ainda, a preocupação em garantir o princípio da sustentabilidade (OMS, 1996; WHO,

¹⁶ Termo utilizado pelo jornalista norte-americano Wendell Berry para referir-se ao comportamento crítico do cidadão em atentar-se à origem e consumo dos alimentos. Prezando, sempre, pela qualidade dos alimentos e meios de produção social e ecologicamente sustentáveis.

¹⁷ O termo “Promoção da Saúde” surgiu no Canadá, no ano de 1945, ao ser utilizado, pela primeira vez, por Henry E. Sigerist e, formalmente, veio a ser discutido em 1974, também no Canadá. Entretanto, a Promoção da Saúde somente surgiu como um movimento em prol da saúde pública, na Europa, no século XIX (RIBEIRO, 2013, p.35), referindo-se ao “processo de capacitação da comunidade para atuar na melhoria da sua qualidade de vida e saúde, incluindo uma maior participação no controle desse processo” (RIBEIRO, 2013, p. 36). O movimento passou a ganhar força internacional, sobretudo, devido às ameaças ambientais. Em 2010, na Conferência de Educação e Promoção da Saúde, realizada na Suíça, por exemplo, destacou-se, diante da globalização, a necessidade de promover ações em prol à saúde e ao desenvolvimento social (RIBEIRO, 2013, p. 36)

1998; JUNQUEIRA, 1998; MS, 2001; WESTPHAL e ZIGLIO, 1999; WESTPHAL, 2000 apud RIBEIRO, 2013, p.40).

Assim, no âmago da preocupação da garantia da vida saudável, cabe destacar que no ano de 2005, foi promulgada a Declaração Universal sobre Bioética e Direitos Humanos da Unesco (DUBDH), da qual o Brasil é signatário. Nessa oportunidade, avançou-se sobre o conceito de saúde, qualificando-o como o “estado de bem-estar físico, mental e social”, incluindo em seus artigos temas como o “acesso a nutrição adequada e água de boa qualidade” e “a melhoria das condições de vida e do meio ambiente” (MACHADO e GARRAFA, 2020, p. 264).

Demonstrando-se, desta forma, a necessidade de uma alimentação saudável e a proteção e conservação do meio ambiente em prol de uma vida saudável e digna para as presentes e futuras gerações, aspectos estes primordiais para o planejamento das cidades em sua dimensão positivamente sustentável.

Nessa lógica, faz-se oportuno, neste momento, compreender a sustentabilidade. Para Silvana Maria Ribeiro (2013, p. 44), a sustentabilidade refere-se às iniciativas de desenvolvimento sustentáveis, sejam elas iniciativas de transformação de impacto a médio ou a longo prazo. Preocupando-se com a “justiça social, qualidade de vida, equilíbrio ambiental e a necessidades de desenvolvimento com capacidade e suporte” (RIBEIRO, 2013, p. 45).

Assim, de modo geral, os discursos sobre a sustentabilidade estão atrelados à uma base social de viés educacional e, por isso, sua concepção está apoiada a projetos de mudanças e disseminação de uma consciência ecológica e saudável.

E, nesse sentido, desprende-se da sustentabilidade, a ideia de um conceito evolutivo e que se resume, na maior parte, à procura incessante da qualidade de vida a partir da capacidade adaptativa dos ecossistemas de tal forma a superar os desafios e limites vivenciados a cada época, sem, contudo, distanciar-se do contexto sócio econômico de cada sociedade, ou seja, das necessidades e demandas humanas, espaciais e ambientais (PHILIPPI JR e BRUNA, 2019, p. 280).

Destarte, tendo em mente que os desafios referentes ao aumento da população do qual corroborou para inúmeras adversidades no campo da cidade, meio ambiente, alimentação e saúde, fez-se necessário implementar alternativas de planejamento das cidades em prol da sustentabilidade, a fim de estimular as reflexões relativas aos ambientes saudáveis, sejam eles físicos, sociais, culturais ou econômicos (RIBEIRO, 2013, p. 47).

Assim, promover ambientes favoráveis à saúde, inter-relacionando-os com o estilo de vida, cultura e necessidades de cada comunidade, promove em sua dimensão positiva, comportamentos e hábitos individuais e coletivos saudáveis. Promovendo, desta maneira, a utilização e/ou reutilização de recursos naturais de modo racional e consciente, além de difundir a lógica de segurança à alimentação e nutrição saudáveis e adequadas.

Evidencia-se que, embora o desenvolvimento industrial e tecnológico e o consequente crescimento populacional, por um lado, tenha contribuído positivamente para a humanidade, por outro, agravou consequências no que tange a crise ecológica, ambiental e social, criando diversas incertezas quanto ao futuro das próximas gerações. Fazendo-se necessária, a alteração dos modos de vida dos seres vivos, de modo a se pensar em um desenvolvimento sustentável com fito na preservação da humanidade (MACHADO e GARRAFA, 2020, p. 265).

Por esse motivo, a busca pela sustentabilidade e o planejamento adequado das cidades, é um dos caminhos a ser percorrido como uma possível solução e/ou amenização da crise generalizada a qual vivenciamos. Adotando, para tanto, medidas eficazes em prol da preservação dos recursos naturais em consonância às mudanças de comportamentos e valores sustentáveis. Objetivando, assim, o bem-estar dos seres vivos (MACHADO e GARRAFA, 2020, p. 268).

Destarte, a sustentabilidade encontra amparo mútuo com os direitos fundamentais, basta ver que, por meio dela, há um cuidado especial de concretização na máxima eficácia da dignidade dos seres vivos alicerçada à proteção e preservação do meio ambiente (CUSTODIO e VIEIRA, 2015, p. 171) e da alimentação e nutrição adequadas, intrínsecas à uma vida saudável.

A sustentabilidade propõe, enfim, uma reflexão acerca da garantia de um desenvolvimento e planejamento urbano, social, econômico e cultural sustentável, deixando clara a necessidade de recuo da intervenção humana negativa e inconsequente perante os recursos naturais. Recursos estes, intrinsecamente interligados à qualidade de vida, bem-estar e saúde da população e, portanto, a concretização dos direitos ao ambiente ecologicamente equilibrado e à alimentação e nutrição adequadas.

3 O PLANEJAMENTO URBANOS SUSTENTÁVEL A PARTIR DO DIREITO URBANÍSTICO E DIREITO À CIDADE

O fenômeno da urbanização é percebido em todo o mundo, ganhando variações de intensidade de acordo com as peculiaridades locais (MOURA; SANTOS; JESUS e SOUZA, 2005, p. 9881). Observa-se nas últimas décadas, o crescimento exponencial da população, estimando-se que, até o ano de 2050, $\frac{2}{3}$ (dois terços) da população mundial viverá em áreas urbanas (EDUCA IBGE).

No Brasil, segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), de 2015, cerca de 84,72% da população brasileira vivia em áreas urbanas (EDUCA IBGE), número este que só cresceu até os dias de hoje. Nota-se que o processo de urbanização tem maior impacto nos grandes centros urbanos, sobretudo, dos países em desenvolvimento, onde questões sociais e econômicas são evidenciadas pela desigualdade e degradação ao meio ambiente (PHILIPPI JR e BRUNA, 2019, p. 329).

Marcados pela concentração populacional e inúmeros desafios aos administradores públicos, responsáveis por gerir diretamente as cidades, os centros urbanos ganham especial atenção. Se, por um lado, as cidades são ricas em seu sentido industrial-econômico, educacional, cultural, ciência e produtividade, por outro, as altas taxas de densidade demográfica e crescimento desordenado acarretam uma infinidade de problemas nas esferas ambientais, sociais, econômicas e políticas (EDUCA IBGE).

Por isso, a preocupação com as cidades sustentáveis frente às mazelas oriundas da superpopulação, descuido ambiental, mau planejamento e desigualdade social, ganham os palcos de debate. Exsurge, nesse contexto, a pauta do planejamento sustentável, passando a constar em normativas e discussões urbanísticas a busca por cidades sustentáveis e garantias de direitos fundamentais e humanos a todos os cidadãos.

Assim, de acordo com Junior, Freitas e Spínola (2016, p. 8), a crescente urbanização demanda a aplicação de políticas públicas, proporcionando melhorias positivas em concomitância ao desenvolvimento sustentável. Problemas ambientais, sociais e econômicos são consequência direta da intervenção humana nas mais diversas esferas do ecossistema, causando desequilíbrio, por vezes, irreversíveis ao

meio ambiente e à saúde da população, comprometendo, desta forma, a qualidade de vida da biodiversidade.

Nesse sentido, é do planejamento urbano que devem vir os esforços de criar e reorganizar cidades com ambientes economicamente viáveis, socialmente justos e ambientalmente corretos. Para assim, podermos falar em cidades inclusivas e sustentáveis, a fim de garantir o acesso básico a todos os cidadãos, das presentes e futuras gerações. Torna-se, portanto, o planejamento urbano sustentável imprescindível para solucionar e/ou minimizar em alguma medida os problemas socioambientais recorrentes nas cidades, cujo processo evolutivo merece atenção.

Como visto no Capítulo 2, o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado e o direito à alimentação e nutrição adequadas são aspectos primordiais a serem analisados e incluídos no desenvolvimento sustentável e, portanto, no planejamento urbano. Outrossim, pensar o direito urbanístico e o direito à cidade em sua dimensão socioambiental corrobora em grande medida com a construção de cidades sustentáveis e uma vida digna aos cidadãos.

Logo, é fundamental, segundo Philippi Jr e Bruna (2019, p. 732), ter em mente que o ambiente urbano está em permanente transformação e, justamente por isso, há uma tendência de se pensar o tipo de cidade que determinada comunidade deseja e necessita, a fim de atender suas especificidades e carências, observando, contudo, suas limitações.

Dessa forma, levando em consideração os desafios que afrontam os espaços socioambientais urbanos, é de suma importância desenvolver alternativas potenciais estratégicas em prol do favorecimento do planejamento urbano alinhado à qualidade de vida dos cidadãos e das cidades como um todo (CENCI e SCHONARDIE, 2015, p. 173).

Para tanto, faz-se imprescindível analisar o surgimento do direito urbanístico alinhado à ideia de direito à cidade e à sustentabilidade socioambiental, construindo e reconstruindo conceitos e possibilidades de garantia de direitos fundamentais e humanos.

3.1 DIREITO URBANÍSTICO

As construções das cidades brasileiras, embora de influência europeia, não possuíam projetos urbanísticos e legislação à época para dar conta da problemática

urbana fruto da intensa urbanização, sobretudo, a partir da Revolução Industrial, no século XVIII. Os primeiros núcleos urbanos surgiram de tal forma a atender os interesses dos colonizadores, deixando de lado, contudo, classes sociais desprovidas de condições adequadas (RECH, 2013, p. 10152).

Com o passar dos anos e da modernização, o processo de urbanização demonstrou-se cada vez mais concentrado e excludente, comprometendo significativamente direitos básicos dos cidadãos, bem como o desenvolvimento sustentável e o ambiente ecologicamente equilibrado (RECH, 2013, p. 10154).

Diante deste quadro caótico, buscou-se medidas estratégicas a fim de atender às novas necessidades urbanas. Assim, como fruto de um longo processo evolutivo de abranger não só a cidade, mas o território como um todo¹⁸ (CUSTÓDIO, p. 20), o Direito Urbanístico veio a surgir.

Sendo com a Constituição Federal de 1988 que o Direito Urbanístico consolidou-se autonomamente (REISDORFER, 2015, sem paginação). Em capítulo específico intitulado como “Política Urbana”, o direito urbanístico vem com o objetivo de “ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes” (CF, 1988, artigo 182, caput).

Nesse sentido constitucional, Reisdorfer (2015, sem paginação), argumenta que a constituição consagra o programa urbanístico a partir de três vetores: planejamento urbano, gestão democrática e solidarismo. Os dois primeiros vetores referem-se ao dever do Poder Público em desenvolver mecanismos de política urbana com o objetivo de promover o bem-estar da população. Enquanto o terceiro vetor, diz respeito à atuação da população no sentido de reivindicar iniciativas privadas em prol do desenvolvimento urbano e da qualidade de vida.

Sob essa perspectiva, pode-se afirmar que o direito urbanístico, englobando o planejamento urbano, direciona-se à urbanização, ao homem e à expansão da sociedade (RECH, 2014, p. 33). E, que, atrelado às normas de competência da União, dos Estados e Distrito Federal (CF, 1988, artigo 24, inciso I) e às diretrizes gerais previstas em lei, configura-se como um método de prevenção adequado ao planejar espaços de tal forma a dotá-los de infraestrutura habitável condizente às necessidades dos habitantes. Proporcionando-os, assim, condições básicas

¹⁸ Rech defende que o planejamento jurídico de ocupações humanas sustentáveis não dizem respeito a tão somente as áreas urbanas, mas sim, todo o planeta e, portanto, argumenta que não se trata de urbanismo, mas de “urbanismo” (RECH, 2013, p. 10160).

acessíveis, além de garantir espaços em prol de serviços industriais, comerciais, culturais e educacionais (CUSTÓDIO, p. 17).

Logo, o direito urbanístico como sendo um conjunto de medidas estatais transformadoras, está diretamente relacionado com a função social da propriedade, bem-estar de seus habitantes e com a biodiversidade, preservando o planejamento e a administração sustentáveis, ainda que estes, indiretamente expressos. Busca, portanto, planejar e organizar espaços habitáveis e não habitáveis, de tal forma a possibilitar melhores condições de vida aos seres vivos em comunidade.

Embora de conceituação variável, a autora Regina Helena Costa (1991, p.110) entendia já desde 1991, que o direito urbanístico preocupava-se em cuidar do “planejamento urbanístico, do uso e da ocupação do solo urbano, da ordenação da atividade edilícia e da utilização de instrumentos de intervenção urbanística”. Além disso, compreendia-o como uma função pública e um dever jurídico, em que há o exercício de um poder em prol do interesse público (COSTA, 1991, p. 124).

Compreende-se, nesse sentido, que o direito urbanístico é, de fato, um ramo do direito público e, portanto, visa sistematizar normas de cuja finalidade garanta aos habitantes e aos espaços, habitáveis ou não, “a sustentabilidade ambiental, econômica e social”, promovendo, desta forma, uma vida digna com qualidade (CALGARO, REATO e HERMANY, 2020, p. 174).

Ademais, de modo esclarecedor, Costaldello (2006, p. 159-161), entende que o planejamento urbanístico traça os nortes de dado espaço a dado tempo. Atentando-se, contudo, às necessidades e metamorfoses geradas pelas cidades. Tendo a urbanização e o direito urbanístico como realidades indissociáveis, a autora considera-os como técnica de organização de espaços frente aos desafios reais.

Assim, a serviço do ser humano, o direito urbanístico deve proporcionar a sociedade globalmente considerada uma vida de qualidade, organizando o uso e a ocupação dos espaços habitáveis e não habitáveis por meio do planejamento urbano (DANCIGER e JUNIOR, 2020, p. 97).

Por conseguinte, faz-se indispensável para a adequação e remodelação da cidade frente às transformações do processo de urbanização desordenado e, com base em preceitos constitucionais, buscar ações e alternativas de planejamento para controlar e/ou minimizar problemas decorrentes da urbanização, tais como, deterioração do meio ambiente, desorganização social, desemprego, vulnerabilidades básicas de saneamento, saúde, habitação e educação.

Destarte, é mister considerar que as transformações e desafios oriundos da urbanização trazem para a Administração Pública a busca da efetivação de normas de planejamento urbano. Por esse viés, o modelo de urbanização caótico e segregacionista ao qual vivenciamos, coloca-se frente a frente às reais necessidades da sociedade em face das normas jurídicas (BERRIEL, 2016, p. 56).

Na medida em que o direito urbanístico engloba direta ou indiretamente os objetivos e preceitos do planejamento urbano em prol da qualidade de vida e da sustentabilidade, procura-se realizar, também, os direitos fundamentais e humanos dos cidadãos. Assim, observa-se, na atualidade, movimentos e debates em prol da realização do Direito à Cidade, fruto do embate de normas-realidade, cujo objetivo perpassa na concretização de direitos fundamentais e humanos.

Nesse sentido, como escopo de alcançar uma cidade sustentável, os direitos fundamentais e humanos devem servir de princípios norteadores da formação de legislações e políticas públicas em favor do planejamento urbano e do Direito à Cidade.

3.2 DIREITO À CIDADE

Diante o exposto, faz-se primordial, no presente trabalho, repensar o direito à cidade, analisando sua origem, seus conceitos e diretrizes, bem como sua interação indissociável com os demais direitos fundamentais e humanos em prol da busca efetiva de cidades sustentáveis e ambientalmente justas.

Compreender que o fenômeno da urbanização proporcionou novos contornos e dimensões acerca da noção de sociedade-espço e de estratégias de transformações sociais, é compreender, também, a tutela e influência do direito urbanístico ao direito à cidade, que, diante da problemática urbana, busca-se, incansavelmente, a garantia de bem-estar e qualidade de vida aos cidadãos (ALMEIDA e COSTA, 2014, p. 5).

O direito à cidade, contudo, descreve-se de acordo com as diferentes épocas (CENCI e SCHONARDIE, 2015, p. 174) e, portanto, segundo o sociólogo e filósofo francês Lefebvre “só pode ser formulado como direito à vida urbana, transformada, renovada”. Ou seja, há, a partir desse direito, a intenção de promover uma planificação orientada às necessidades da população, promovendo espaços de

reivindicação de melhores condições de vida, adequando-as às transformações exigidas pela urbanização (LEFEBVRE, 2001, p. 117-118).

Defende-se, nesse sentido, a concepção de que a cidade deve ser vivida pelos habitantes a partir dos usos e benefícios que ela oferece (ROMEIRO e FROTA, 2015, p. 20), e aquilo que ela não venha oferecer, cabe às iniciativas sociais, por meio de lutas e reivindicações, reconhecer e constitucionalizar, sem qualquer discriminação e distinção, direitos básicos que atendam às necessidades da população.

Assim, a cidade como um “ambiente a ser racionalizado e funcionalizado para atender as necessidades humanas básicas” (REISDORFER, 2015, sem paginação), deve ser de todos e para todos. Configura-se, nesse sentido, para além da “liberdade de acessar os recursos urbanos”, tratando-se como “um direito comum antes de ser individual, já que *sua* transformação depende inevitavelmente do exercício de um poder coletivo para remodelar os processos de urbanização” (HARVEY, 2008, p. 23 apud BERRIEL, 2016 - grifo meu).

Em outras palavras, o direito à cidade, embora influenciado e comumente atrelado às políticas urbanas estatais e projetos urbanísticos, demonstra-se muito mais como um orientador de lutas sociais ao ser um direito coletivo que busca melhorias dos seres humanos e de suas ações, transformando e reformulando espaços das cidades aptos a concretizar, com dignidade, direitos fundamentais e humanos.

Como fruto de reivindicações sociais e lutas urbanas, o direito à cidade ganha espaço, em âmbito internacional, na Carta Mundial pelo Direito à Cidade, consolidada no V Fórum Social Mundial em 2005 (ROMEIRO e FROTA, 2015, p. 21). Conceitualmente, o documento define direito à cidade como “o usufruto eqüitativo das cidades dentro dos princípios de sustentabilidade, democracia, equidade e justiça social”. Tratando-se de

um direito coletivo dos habitantes das cidades, em especial dos grupos vulneráveis e desfavorecidos, que lhes confere legitimidade de ação e organização, baseado em seus usos e costumes, com o objetivo de alcançar o pleno exercício do direito à livre autodeterminação e a um padrão de vida adequado. O Direito à Cidade é interdependente a todos os direitos humanos internacionalmente reconhecidos, concebidos integralmente, e inclui, portanto, todos os direitos civis, políticos, econômicos, sociais, culturais e ambientais que já estão regulamentados nos tratados internacionais de direitos humanos (CARTA MUNDIAL PELO DIREITO À CIDADE, 2005, artigo I, 2).

Conforme exposto, disciplinando o direito à cidade como direitos de todos, sem qualquer tipo de discriminação, e como interdependente de todos os direitos humanos internacionalmente reconhecidos, a Carta Mundial objetiva estabelecer benefícios justos a todo o espaço urbano. Promovendo, inclusive, gestão solidária das cidades, criando mecanismos que auxiliem na diminuição de vulnerabilidade das populações carentes, buscando a vivência digna no território urbanizado (BERRIEL, 2016, p. 70).

Em âmbito interno, embora não diretamente expresso na Constituição Federal de 1988, o direito à cidade encontra respaldo jurídico no direito urbanístico. Como visto no ponto 3.1, disciplinado no Capítulo de Política Urbana, busca orientar os planejamentos para uma cidade mais livre, justa e solidária, da qual preza por uma vida digna e de qualidade e, portanto, pelos direitos fundamentais e humanos consagrados em dispositivos constitucionais e tratados internacionais (ROMEIRO e FROTA, 2015, p. 22).

Destarte, de forma específica e com reconhecimento político e jurídico, o direito à cidade encontra-se disciplinado na Lei nº. 10.257/2001, conhecida como Estatuto da Cidade. Em uma de suas disposições, prevê às cidades com mais de 20 mil habitantes, a aplicação do Plano Diretor, cujo objetivo está atrelado ao planejamento e ordenação urbana, assegurando aos cidadãos, qualidade de vida, justiça social e pleno desenvolvimento das atividades econômicas (COSTALDELLO e GARCIA, 2013, sem paginação).

Ademais, como diretriz essencial, dispõe em seu artigo 2º, a garantia de cidades urbanas sustentáveis e a gestão democrática com participação popular com vistas a efetivação de direitos básicos, promovendo uma vida digna e de qualidade para as presentes e futuras gerações (Lei nº. 10.257/2001, artigo 2º).

Nesse sentido, o (...) Estatuto da Cidade alude (...) à existência de condições urbanas gerais sadias, atinentes à organização e ordenação do território, à disponibilização de infraestrutura urbana de fruição coletiva, à preservação do patrimônio histórico-cultural e do meio ambiente. Todos esses elementos surgem associados à perspectiva de desenvolvimento não apenas de curto prazo, mas como via de concretização dos mesmos direitos de forma sustentável, para as presentes e futuras gerações. O conteúdo do chamado “direito à cidade” compreende (...) posições jurídicas de caráter individual e coletiva (...) (REISDORFER, 2015, sem paginação)

E, portanto, visando o direito à cidade, o Estatuto reuniu “diversos aspectos relativos ao governo democrático da cidade, à justiça urbana e ao equilíbrio ambiental” (MARICATO, 2010, p. 5), observando, instrumentalizando e atendendo as necessidades humanas no ambiente urbano a partir da disciplina urbanística (REISDORFER, 2015, sem paginação).

Diante dessa perspectiva, cabe salientar que o encargo da observação, instrumentalização e atendimento dos problemas urbanos a partir dos recursos disponíveis e das necessidades reivindicadas pelos habitantes, recai ao Poder Público que, com uma função de caráter político-jurídico, volta-se a promover, na maior medida possível, o desenvolvimento urbano sustentável e digno aos cidadãos urbanos (REISDORFER, 2015, sem paginação).

Ressaltando-se, entretanto, que,

as instâncias e formas de participação popular no planejamento da cidade são instrumentos que agem (...) abrindo espaços reais de interlocução, para que os setores populares possam efetivamente interferir na construção de um projeto de cidade. Nesse ponto é fundamental e insubstituível a participação popular organizada, produzindo uma interface real – e não simulada – com o poder público. Os planos urbanísticos, os projetos urbanos e a regulação precisam ser congruentes com a gestão da cidade, não se pode inventar um plano, um projeto de cidade cheia de qualidades, absolutamente descolado da capacidade de organização e possibilidades reais de implementação e controle dessa política (ROLNIK, 2003, sem paginação)

Sendo assim, seja por meio de construções normativas, princípios, diretrizes ou Estatutos, o direito à cidade deve estar em consonância às necessidades reais dos habitantes da vida urbana, como também aos demais direitos fundamentais e humanos. Cabendo ao Município, em colaboração dos habitantes, entes governamentais e setores privados, exercer o papel de elaboração e execução de políticas de desenvolvimento urbano sustentável em prol da qualidade de vida digna.

Nesse sentido,

como um direito humano do campo dos interesses difusos, o direito à cidade contribui para integrar e materializar todos os direitos civis, políticos, econômicos, sociais e culturais, consagrados nos tratados, acordos e convenções internacionais sobre os direitos humanos. A efetiva realização do direito à cidade exige respeito, proteção e cumprimento de todos os direitos humanos sem exceção, juntamente com os princípios e direitos específicos que só o direito à cidade contempla: as funções sociais da cidade; a luta contra a discriminação socioespacial; os espaços públicos de qualidade; e as conexões sustentáveis e inclusivas entre rural e urbano. Nesse sentido, o direito à cidade traz uma perspectiva de materialização e

realização dos direitos humanos em um território como um povoado, vila, bairro, cidade e metrópoles. Essa visão sobre o direito à cidade precisa ser recepcionada pela nossa ordem jurídica urbanística mediante uma nova leitura sobre o significado desse direito na esfera jurídica sem, obviamente, desconsiderar estudos, pesquisas, pareceres, legislações e algumas decisões dos nossos tribunais sobre o seu significado, forma de aplicação e implementação para o desenvolvimento de cidades justas, inclusivas, democráticas e sustentáveis (SAULE JÚNIOR, 2019, p. 150)

Portanto, o direito à cidade, expresso no ordenamento jurídico, configura-se como um direito fundamental ligado à dignidade da pessoa humana e aos demais direitos fundamentais e humanos. Promovendo, assim, a remodelação do processo de urbanização em seu sentido positivo, visando o desenvolvimento urbano justo, inclusivo, digno e sustentável.

3.3 SUSTENTABILIDADE SOCIOAMBIENTAL APLICADA À CIDADE

Da análise da influência e das diretrizes urbanísticas em prol do direito à cidade, destacou-se que as necessidades dos habitantes urbanos se modificam constantemente e de acordo com as mudanças ocorridas na sociedade em desenvolvimento. Seguindo essa perspectiva, a cidade com amparo à sustentabilidade socioambiental pode ser analisada.

Oriunda das articulações políticas entre os movimentos social e ambientalista, o socioambientalismo brasileiro veio a surgir no período de redemocratização do país, mais precisamente na segunda metade dos anos 1980. Com a Constituição Federal de 1988, o legislador dedicou, pela primeira vez, um capítulo inteiro ao meio ambiente, fundamentado no princípio do desenvolvimento sustentável, ao preceituar a preocupação em satisfazer as necessidades dos cidadãos sem, contudo, comprometer a vida das futuras gerações no tocante à disponibilidade e qualidade dos recursos naturais (SANTILLI, 2005, p. 32).

No entanto, foi a partir da Conferência da ONU, em 1992, que o desenvolvimento sustentável passou a ganhar força e voz no âmbito nacional. A conhecida “ECO-92”, traçou estratégias e metas aos países desenvolvidos e em desenvolvimento para se atingir a sustentabilidade, conciliando o crescimento econômico com a proteção ambiental (TORRES, 2012, p. 63). Passando a constar e influenciar, a partir de então, conceitos socioambientais em normativas legais.

Embora com múltiplos e evolutivos significados, a sustentabilidade, como vista no ponto 2.3 deste trabalho, se resume, na maior parte, à procura incessante da qualidade de vida a partir da capacidade adaptativa dos ecossistemas de tal forma a superar os desafios e limites vivenciados a cada época, sem, contudo, distanciar-se do contexto sócio econômico de cada sociedade, ou seja, das necessidades e demandas humanas, espaciais e ambientais (PHILIPPI JR e BRUNA, 2019, p. 280).

Nas palavras de Santilli (2005, p. 14)

o socioambientalismo foi construído a partir da ideia de que as políticas públicas ambientais devem incluir e envolver as comunidades locais, detentoras de conhecimentos e de práticas de manejo ambiental. Mais do que isso, desenvolveu-se a partir da concepção de que, em um país pobre e com tantas desigualdades sociais, um novo paradigma de desenvolvimento deve promover não só a sustentabilidade estritamente ambiental – ou seja, a sustentabilidade de espécies, ecossistemas e processos ecológicos – como também a sustentabilidade social – ou seja, deve contribuir também para a redução da pobreza e das desigualdades sociais e promover valores como justiça social e equidade. Além disso, o novo paradigma de desenvolvimento preconizado pelo socioambientalismo deve promover e valorizar a diversidade cultural e a consolidação do processo democrático no país, com ampla participação social na gestão ambiental.

Assim sendo, a sustentabilidade socioambiental reforça a indispensabilidade de planos urbanos sociopolíticos compatibilizarem ações humanas com a conservação dos ecossistemas. Buscando-se, desta forma, meios alternativos viáveis que, em consonância às necessidades modernas, utilizem da maneira mais adequada possível os recursos advindos da natureza.

Ademais, frisa-se que, efetivar adequadamente a racionalidade da sustentabilidade socioambiental é pensá-la com base nas variáveis cultural, histórica, econômica, ambiental e política (TORRES, 2012, p. 72).

A dimensão cultural é expressada a partir do reconhecimento e legitimação de diversas práticas socioculturais vivenciadas por diferentes sociedades. A dimensão histórica, por sua vez, permite o repensar das práticas de produção e vivências já constituídas. E, enquanto a dimensão econômica traz em foco a utilização de tecnologias em detrimento de lógicas e saberes tradicionalmente naturais, a dimensão ambiental destaca a importância da natureza para a qualidade de vida. E, por fim, a dimensão política, que traz em discussão o papel do Estado na condução de projetos socioambientalmente sustentáveis (TORRES, 2012, p. 72-75).

Dessarte, o “socioambientalismo se perfaz pela síntese entre a biodiversidade e a sociodiversidade, considerando o multiculturalismo, a pluriethnicidade e o enfoque humanista” (AZEVEDO, 2013, p. 82). E, portanto, preocupada com a relação humana frente aos recursos naturais, a sustentabilidade socioambiental intenta despertar a consciência ambiental e reavaliar o sistema político e econômico, impulsionando “o desenvolvimento das funções sociais da cidade e a *garantia do bem-estar* de seus habitantes” (SANTILLI, 2005, p. 41 - grifo meu).

Por conseguinte, em decorrência da crise da civilização moderna oriunda do violento processo de urbanização, a degradação ambiental e desigualdade social se intensificaram, sendo imprescindível o reconhecimento global e local de políticas alternativas sustentáveis a fim de controlar a crise vivenciada.

Para tanto, o planejamento urbano realizado pelo Poder Público deve atender aos anseios comuns dos cidadãos, que, respeitando suas realidades, deve promover o crescimento e o desenvolvimento com o compromisso socioambiental (CALGARO; REATO e HERMANY, 2020, p. 182). Adaptando e organizando, assim, espaços urbanos, tornando-os utilizáveis, adequados e sustentáveis para a realidade de cada população, a qual poderá usufruir para as mais variadas finalidades (CALGARO, REATO e HERMANY, 2020, p. 174-175).

Nessa perspectiva, levando em consideração a crescente demanda por melhores condições de vida, seja na relação com o meio ambiente, no acesso a alimentos de qualidade e nutricionalmente adequados, à saúde ou ao planejamento adequado, os espaços urbanos devem ser repensados e revalorizados com base na lógica da sustentabilidade socioambiental, no sentido de proporcionar às presentes e futuras gerações melhores condições de vida.

À vista disso, surgem as práticas de agriculturas urbanas, objeto de estudo do próximo capítulo, como alternativas sustentáveis essenciais para a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos, que, se potencializadas pelas iniciativas da sociedade mobilizada e organizada e pelo poder público (AQUINO e ASSIS, 2007, p. 148), asseguraram

a conciliação do desenvolvimento sócio-econômico, urbanístico-constructivo, agrícola, científico-tecnológico e a explosão demográfica com a defesa e a preservação da qualidade ambiental propícia à vida humana, animal ou faunística e vegetal ou florística, à proteção de outros recursos ambientais (naturais, culturais, sanitários, sócio-econômicos), à inviolabilidade do direito

à vida, à saúde pública, à liberdade, à igualdade, à educação, ao trabalho, à propriedade, à segurança, à cultura, à religião, ao lazer, enfim, à inviolabilidade dos direitos e garantias fundamentais ao bem-estar comum de todos (CUSTÓDIO, p. 18)

Isto posto, a adoção de medidas e alternativas sustentáveis eficazes são o rumo a ser tomado pelas cidades em prol do desenvolvimento socioambiental e da garantia de direitos fundamentais e humanos aos cidadãos urbanos.

4 AGRICULTURA URBANA: A ALTERNATIVA SUSTENTÁVEL NAS CIDADES

Fruto dos debates decorrentes do novo pensamento ambiental na década de 1980 e considerada, a partir da década de 1990, pelas agências internacionais de desenvolvimento, como “uma ação potencial em meio aos avançados problemas urbanos de ordem social”, a agricultura urbana surgiu como uma alternativa em meio a tantas outras ações públicas que buscavam respostas aos desafios vivenciados na sociedade, sobretudo, contra a fome e a pobreza urbana, intensificados com a crescente urbanização mundial (COUTINHO e COSTA, 2011, p. 84-85).

Assim, devido ao elevado índice de habitantes nas cidades, a deterioração ambiental e o despreparo dos centros urbanos em enfrentar diversos outros problemas sociais, ambientais e econômicos, parte da população se viu à mercê de alternativas de sobrevivência (TONELO, 2015, p. 64) a fim de garantir direitos fundamentais e humanos.

A partir de então, observando-se a potencialidade das cidades em produzir alimentos e respeitando na maior medida a ordem ambiental e o espaço urbano existente, a agricultura urbana passou a ser considerada uma potencial política pública. Vinculada a três principais argumentos incentivadores de sua prática, sendo eles: a promoção de cidades ecológicas, cidades produtivas e cidades inclusivas, a agricultura urbana passou a ser cada vez mais incentivada em diversas cidades do mundo (COUTINHO, 2010, p. 45-46).

De modo explicativo, por cidade ecológica entendeu-se que a agricultura urbana veio para ampliar a relação natureza-sociedade, cujo objetivo recai na utilização consciente e racional dos recursos naturais. Já por cidade produtiva compreendeu-se que o cultivo de alimentos por meio da agricultura urbana facilita o acesso a alimentos seguros, de qualidade e nutritivos. E, por cidade inclusiva, entendeu-se que a prática da agricultura urbana promove a “iniciativa dos indivíduos e os saberes locais, a valorização e formação da identidade cultural do local” (COUTINHO e COSTA, 2011, p. 85), respeitando diferenças étnicas e socioculturais.

Nesse sentido, de modo recente, a agricultura urbana passou a ser inserida em agendas de políticas públicas em razão de questões preocupantes como a questão ambiental, a (in)segurança alimentar, o acesso de moradia e a segregação

socioespacial vivenciada pela minoria da população urbana (COUTINHO e COSTA, 2011, p. 82).

Como exemplo de projetos existentes, a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), criada em 1945, busca e implementa mecanismos para a erradicação da fome e o combate à pobreza. Enquanto a Política Nacional de Agricultura Urbana e Periurbana, cria diretrizes garantidoras da prática e produção agroecológica de alimentos nas cidades. Ambas promovendo a concretização do desenvolvimento sustentável e a garantia dos direitos à alimentação e nutrição adequadas e ao ambiente ecologicamente equilibrado (PINHEIRO e FERRARETO, sem paginação).

Observa-se, assim, uma clara multifuncionalidade da agricultura urbana, a qual contribui com o bem-estar social, a economia local e o meio ambiente (AZEVEDO, PERXACS e ALIÓ, 2020, p. 3). Conferindo-se, portanto, como um fenômeno social e político, envolvendo “questões e temáticas socioambientais, socio-espaciais, segurança alimentar e renda”. E, mais, “além de ser uma atividade produtiva, é um processo social multifuncional na vida da cidade produtiva e da cidade ecológica, integrando diversos conhecimentos culturais e tecnologias apropriadas na sua prática”. (COMELLI, 2015, p. 26).

Sob essa perspectiva e de conceito multidimensional, a agricultura urbana, de modo geral, configura-se como

práticas que geram produtos agrícolas e pecuários voltados ao consumo próprio, às trocas, às doações ou à comercialização. *Sendo* (grifo meu) realizadas aproveitando recursos e insumos locais e *ocorrendo* (grifo meu) nos espaços intraurbanos ou periurbanos que estejam vinculados às dinâmicas da região metropolitana que integram. Quanto à forma de realização, devem ocorrer em respeito aos saberes locais, à equidade de gênero, através do uso de tecnologias apropriadas e processos participativos (SANTANDREU; LOVO, 2007 apud COUTINHO, 2010, p. 88-89).

Ou seja, localizada em quintais, coberturas residenciais, lajes, escolas e terrenos vazios das áreas centrais e periféricas das cidades, a agricultura urbana cultiva variedades de produtos alimentícios e não alimentícios, tais como hortaliças, frutas, plantas medicinais e ornamentais, animais de pequeno, médio e grande porte, voltados para o auto-consumo, trocas, doações ou comercialização locais “(re) aproveitando-se, de forma eficiente e sustentável, os recursos e insumos locais (solo, água, resíduos, mão de obra, saberes etc)” (TONELO, 2015, p. 65).

Proporcionando, desta forma, melhores condições de vida e de saúde à população local com o melhor aproveitamento dos espaços e recursos naturais, preservando, sempre, o desenvolvimento sustentável (MACHADO e MACHADO, 2002, p. 9).

À vista disso, além de influenciar novos hábitos alimentares, a agricultura urbana contribuiu para a re (configuração) do planejamento dos espaços urbanos, capazes de se adequarem às estruturas populacionais e as novas práticas sociais. Passou-se a possibilitar a amenização de problemas urbanos, especificamente os relacionados ao meio ambiente, à configuração dos espaços urbanos e à alimentação (RIBEIRO, BÓGUS e WATANABE, 2015, p. 730-733).

Destarte, com reflexo na saúde das populações e, sobretudo, no quesito abastecimento alimentar e sustentabilidade das cidades, a agricultura urbana foi gradativamente ganhando espaço em meio à urbanização e as suas mudanças decorrentes. Prova disso, é que, segundo estudo realizado pelo instituto de pesquisa Worldwatch Institute (WWI), Estado do Mundo - Inovações que Nutrem o Planeta, realizado em 2011, à época havia 800 milhões de agricultores urbanos no mundo, configurando-se como responsáveis da produção de 15% a 20% dos alimentos consumidos no mundo (VELLEDA, 2017), número este que só veio crescendo.

Inclusive, em estudo realizado pelo Estado do Arizona, nos Estados Unidos e pelo Google e publicado na Earth's Future, a agricultura urbana demonstra-se como uma potencial solução para a população urbana, isso porque pode promover a produção de 100% dos vegetais consumidos pelos moradores do mundo, contribuindo com a garantia de alimentos de qualidade e seguros às populações, além de contribuir com a melhoria do ecossistema e, por consequência, da qualidade de vida da população urbana (THE GREENEST POST, 2018).

Nesse sentido, a agricultura urbana contribui positivamente para a construção de uma cidade sustentável, produtiva e inclusiva, que, praticada com menor impacto e interferência ambiental, produz alimentos seguros, de qualidade e nutritivos (AZEVEDO, PERXACS e ALIÓ, 2020, p. 8). Ademais, se aliada a diversas outras ações de políticas públicas de desenvolvimento econômico social ambiental local, ameniza diversos problemas urbanos ao gerar trabalho, renda e esperança de combate à fome e à pobreza (COUTINHO, 2010, p. 90).

Trata-se, por fim, de um fenômeno socioeconômico mundial em ascensão. Enquanto é verificado nos países desenvolvidos como uma alternativa de produção altamente competitiva, nos países subdesenvolvidos apresenta-se, sobretudo, como

uma alternativa sustentável de sobrevivência, principalmente a população mais vulnerável, sendo uma resposta às crises econômicas, sociais, ambientais e políticas (AQUINO e ASSIS, 2007, p. 147).

Portanto, pensar na agricultura urbana como uma alternativa sustentável em prol da garantia de direitos fundamentais e humanos, é pensá-la a partir da reflexão da cidade que queremos para as presentes e futuras gerações, do atual modo de produção alimentar e da relação existente entre humanos-natureza.

Como fruto dessa reflexão, busca-se, enfim, construir uma nova ordem societária amparada na garantia de direitos. Ademais, faz-se necessário o conhecimento de experiências voltadas à agricultura urbana no Brasil e no mundo, para, posteriormente, compreender sua contribuição para a sustentabilidade e para a agroecologia.

4.1 EXPERIÊNCIAS DE AGRICULTURA URBANA NO BRASIL

No Brasil, é claro o crescimento da tendência de inclusão da prática da agricultura urbana em políticas públicas, programas e leis especialmente como forma de garantia de direitos fundamentais e humanos. De modo geral, a agricultura urbana de diversas formas e variedades, encontra-se, no âmbito federal, ligada às ações do Sistema Nacional de Segurança Alimentar (SISAN), gerida pelo Ministério de Desenvolvimento Social (MDS) (COUTINHO, 2010, p. 54).

Para Santandreu e Lovo (2007 apud VALIERI, 2012, p. 20-21), a maior concentração de atividades da agricultura urbana encontra-se em capitais¹⁹, sobressaindo, nestes locais, a produção vegetal em comparação a comercialização, serviços, produção animal, transformação e produção de insumos. Os autores destacam em seu estudo que, nas regiões Sul e Sudeste, há a maior quantidade da prática de atividades de agricultura urbana e periurbana.

Na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, região Sul do Brasil, 99 hortas urbanas são apoiadas pela Prefeitura Municipal de Curitiba (BEM PARANÁ, 2020). O Programa de Agricultura Urbana da Secretaria Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional²⁰, incentiva a abertura de agriculturas urbanas, além de ajudar na

¹⁹ O estudo analisou um panorama de 11 cidades e suas respectivas regiões metropolitanas (VALIERI, 2012, p. 20).

²⁰ Curitiba, foi em 2018, com o Programa Agricultura Urbana de Curitiba, vice-campeã do Prêmio ODS Brasil, lançado pelo Governo Federal, cujo objetivo versava sobre as boas práticas locais para o

revitalização de hortas, dar assistência, apoio e até fornecimento de insumos às hortas que estão em sua fase inicial na cidade (PMC, 2021). Apoiando, hoje, cerca de 100 hortas urbanas em espaços comunitários, escolares e institucionais espalhados em diversos bairros de Curitiba, o Programa de Agricultura Urbana beneficia 17,9 mil pessoas com alimentos seguros e de qualidade (PMC, 2021).

Com o objetivo de favorecer a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) da população curitibana, contribuir com a diminuição da fome, garantir a sustentabilidade ambiental urbana, inclusão social, geração de renda, entre outros, o Programa visa utilizar da forma mais ordenada e adequada, vazios urbanos, sejam eles públicos ou privados, para a produção de alimentos orgânicos. Pesquisas mostram que, a prática já consolidada em Curitiba, trouxe, de fato, diversos benefícios, tais como, melhora na alimentação e na qualidade de vida das famílias (PROGRAMA AGRICULTURA URBANA).

Fruto de uma iniciativa da Prefeitura Municipal de Curitiba com seu Programa Agricultura Urbana em convênio com a EletroSul S.A e associações de moradores locais, um dos exemplos encontrados em Curitiba é o Programa Hortas Solidárias²¹ (FIGURA 1).

FIGURA 1 - HORTA URBANA MONTEIRO LOBATO, NO TATUQUARA.



FONTE: PMC, 2021.

cumprimento das 169 metas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações Unidas até 2030 (PMC, 2018).

²¹ Criado a partir da Lei Municipal Ordinária de Curitiba nº. 14.742, o projeto engloba hortas urbanas situadas em bairros que possuem linhas de transmissão de energia elétrica. Tem por objetivo a produção de alimentos de qualidade, a promoção de inclusão social, geração de renda aos habitantes locais e contenção de ocupações irregulares ao redor e a consequente segurança da região (TORRES e MAFRA, 2018, p. 4). Como incentivo, a Prefeitura Municipal de Curitiba oferece acompanhamento técnico e distribuição de insumos para a produção. Dados revelam que cerca de 1.225 hortas foram implantadas, beneficiando cerca de 507 famílias curitibanas (TORRES e MAFRA, 2018, p. 7).

Localizadas em espaços públicos não edificáveis, a agricultura urbana deste projeto é verificada nos bairros CIC (Cidade Industrial) e Tatuquara, historicamente periféricos e conhecidos por suas desigualdades sociais. Entrevistas realizadas com a população local (TORRES e MAFRA, 2018, p. 10), relatam que a prática da agricultura urbana com o manejo e cuidado diário das hortaliças, contribuiu enormemente com questões de saúde, como auto-estima, socialização com demais moradores e melhora no quadro de depressão, além da melhora na qualidade alimentícia, com produtos frescos, seguros e nutritivos.

Assim, como ferramenta de concretização de direitos relacionados à qualidade de vida, à saúde, à alimentação e nutrição adequadas, ao meio ambiente ecologicamente equilibrado e ao espaço urbano participativo, as hortas urbanas vêm sendo praticadas nos bairros CIC e Tatuquara como forma de desenvolvimento social e sustentável ao plantar hortaliças, legumes e plantas medicinais destinadas ao consumo local e pequenas vendas, beneficiando cerca de 507 famílias de Curitiba (TORRES e MAFRA, 2018, p. 4-8).

Ainda na região de Curitiba, foi inaugurada em junho de 2020, a Fazenda Urbana do Cajuru, parque ecológico com espaço de capacitação e incentivo à produção de alimentos na área urbana (FIGURA 2).

FIGURA 2 - FAZENDA URBANA DO CAJURU, EM CURITIBA.



FONTE: CICLO VIVO, 2020.

Em uma área de quase 5 mil m², a Fazenda Urbana conta com mais de 60 variedades agrícolas orgânicas, despertando nos habitantes a ideia de preservação e educação ambiental.

De caráter educacional, a Fazenda Urbana incentiva o aprendizado, por meio de cursos e visitas, à população acerca da agricultura urbana sustentável, ensinando o ciclo alimentar, desde o simples preparo até o consumo consciente, no intuito de fazê-los aplicar em suas casas, apartamentos e vazios urbanos (APEAM, 2020). Reúne em sua extensão, os mais modernos métodos de plantio de alimentos saudáveis, possuindo como foco em sua estrutura e produção preceitos sustentáveis, tais como a produção de alimentos (legumes, verduras, ervas, temperos, chás, plantas alimentícias e não convencionais) orgânicos, canteiros das hortas feitos com troncos de madeira, canos de PVC e garrafas PET, além da energia solar e a captação e o reaproveitamento da água da chuva para irrigação das plantas (SUSTENTARQUI, 2020).

Para auxiliar tal projeto, a Prefeitura Municipal de Curitiba selecionou, no ano de 2020, empresas, start ups e diversas outras instituições para atuarem no sentido de promover a agricultura urbana e os preceitos sustentáveis (APEAM, 2020)²². Nota-se, que, com apoio da Secretaria Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, a Fazenda Urbana vem a cada dia incentivando a prática da agricultura urbana consciente e sustentável, bem como de processos contributivos à esta prática, cujo objetivo recai no desenvolvimento sustentável (PMC, 2021).

Assim, além de ser um meio de produção de alimentos seguros, saudáveis, nutritivos e de qualidade, tornando-os acessíveis ao Mercado Regional do Cajuru e ao Centro de Distribuição da Secretaria de Segurança Alimentar, a Fazenda Urbana atende às questões relativas ao meio ambiente. Ficando claro, nesse sentido, que o papel social do projeto encontra-se voltado aos direitos fundamentais e humanos, como o direito à alimentação e nutrição adequadas e direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado.

²² Dentre 12 projetos inovadores selecionados de agricultura e otimização de recursos, a IrriGate, startup fundada em Curitiba por ex-alunos de Engenharia Eletrônica e Engenharia da Computação e um professor da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR), trouxe o sistema moderno de irrigação autônoma para residências e pequenas hortas, possibilitando o monitoramento via aplicativo (APEAM, 2020). Possuindo, ao todo, três equipamentos, cada qual com suas especificidades e finalidades: IrrigaPlay (sistema que automatiza nebulizadores de estufas), IrrigaEasy (sistema para jardins empresariais, hortas residenciais e fazendas urbanas) e IrrigaPro (irrigação autônoma por tipo de cultivo para a agricultura familiar), a IrriGate contribui positivamente para a produção de alimentos orgânicos na Fazenda Urbana (GLOBO RURAL, 2021). Em conversa realizada com Breno Felipe Gonçalves, um dos sócios fundadores da startup IrriGate, relatórios indicam que a utilização dos equipamentos na Fazenda Urbana, além de possuírem preceitos sustentáveis e custo benefício aos produtores, aumenta a qualidade dos alimentos orgânicos, produtividade, economia de recursos e competitividade em casos de venda de alimentos excedentes. Demonstrando-se, assim, a significativa contribuição às futuras iniciativas de agricultura urbana (Informação verbal fornecida por Breno Felipe Gonçalves em conversa de whatsapp, São José dos Pinhais, julho de 2021).

Lado outro, em São Paulo, região Sudeste do Brasil, o interesse pela prática da agricultura urbana potencializou-se a partir do ano de 2004, quando houve, por parte da ONG Cidades Sem Fome, maiores incentivos. Contudo, foi no ano de 2011, que houve a criação do grupo Hortelões Urbanos²³, cujo objetivo versava sobre a produção de alimentos orgânicos e incentivo à hortas comunitárias, promovendo trocas de experiências (VELLEDA, 2017).

Além desta experiência e condicionada à ela, no ano de 2012, criou-se na capital paulista a Horta das Corujas, situada em uma praça pública denominada Praça Dolores Ibarruri, na Vila Madalena. Criada por moradores de classe média da região, a Horta das Corujas recebe voluntários e visitantes de todas as partes, os quais podem auxiliar na plantação e colher livremente os alimentos cultivados (VELLEDA, 2017). De visibilidade²⁴ e de função educativa ambiental, a prática facilita o acesso aos alimentos e, embora não tenha como base a subsistência ou geração de renda, a prática garante, sem dúvidas, uma estratégia de promoção da sustentabilidade e educação ambiental.

Conforme exposto, sabe-se que iniciativas como as mencionadas acima podem ter continuidade e um alcance maior no Brasil por meio da apropriação da legislação das cidades, do apoio de órgãos estatais e do planejamento urbano que as incluam, como nos Planos Diretores. Estes, se adequadamente elaborados, podem contribuir para mudanças positivas nas cidades, de viés sustentável e prezando pelos direitos básicos dos cidadãos.

Por isso, é de suma importância incluir nos planejamentos das cidades a prática da agricultura urbana, haja vista seu caráter multifuncional de enfrentar diversos desafios urbanos.

²³ “A expressão ‘hortelão urbano’ é genericamente empregada para qualificar uma modalidade de agricultor urbano, mais precisamente, para identificar o cidadão que não é agricultor de profissão (nem que exerça esta atividade como sua principal fonte de renda), ativista ou não, mas que usa o espaço urbano para produzir alimentos (seja o espaço público ou privado, seja em escola doméstica ou comunitária)” (NAGIB, 2016, p. 211-212).

De iniciativa das jornalistas Tatiana Achcar e Claudia Visoni em criar um grupo na rede social Facebook para troca de experiências e informações acerca da prática da agricultura urbana em sua modalidade doméstica e comunitária, a rede Hortelões Urbanos veio a surgir com o objetivo de atuar nas cidades e em seus espaços públicos (NAGIB, 2016, p. 202).

²⁴ Por horta urbana “de visibilidade”, entende-se que sua prática é inversamente proporcional à sua capacidade de produzir para alimentar famílias, encontrando-se, geralmente, nas áreas centrais das cidades, estando, ainda, voltadas à produção de discursos sustentáveis e visibilidade das práticas para incluí-las em agendas políticas. Em contrapartida, as hortas classificadas como “de escala”, geralmente são as voltadas para o abastecimento e ao consumo alimentar, estando localizadas, em sua grande maioria, nas áreas periféricas das cidades (JAYO e CALDAS, 2019).

4.2 EXPERIÊNCIAS DE AGRICULTURA URBANA NO MUNDO

Assim como nas cidades brasileiras, existem diversas outras relevantes experiências de agricultura urbana pelo mundo, cada qual com suas especificidades e formas, contribuindo em maior ou menor medida com a lógica sustentável. Se por um lado, demonstrou-se experiência no Brasil, país subdesenvolvido, por outro, cabe analisar experiências em países desenvolvidos de alto potencial tecnológico em prol da sustentabilidade e da garantia de direitos fundamentais e humanos.

No continente asiático, mais especificamente no Japão, a prática da agricultura urbana carrega um importante papel social, estando verificada, sobretudo, em prédios e lajes em razão da sua alta densidade demográfica e raros espaços livres para a prática agrícola tradicional na cidade (NOJOSA e SILVA, 2013, p. 16). A garantia da segurança alimentar no país é essencial²⁵, configurando-se necessária formas estratégicas para abastecimento e melhora da qualidade da alimentação da população (PET, 2020).

Em razão disso, modelos de agricultura urbana são observados em diversos cantos do Japão. Um dos exemplos a serem citados é o edifício da empresa multinacional Pasona Inc²⁶, localizado em Chiyoda-ku, distrito da capital japonesa, Tóquio (FIGURA 3).

FIGURA 3 - EDIFÍCIO DA EMPRESA PASONA INC



FONTE: CAETANO, 2014.

²⁵ Apesar de ser um país desenvolvido, o Japão possui a menor taxa de autossuficiência alimentar em base calórica, estando em cerca de 39% (NOJOSA e SILVA, 2013, p. 16).

²⁶ A agência de empregos, Pasona Inc, em 2003, período em que o Japão passava por dificuldades econômicas e estava frente ao recorde da taxa de desemprego, viu na agricultura urbana uma alternativa viável para dar conta da demanda alimentícia do país e a geração de novos empregos, tendo a ideia de restaurar o edifício adequando-o às novas práticas. Posteriormente, o projeto passou a interessar os próprios funcionários, os quais passaram a plantar e colher para consumo diário, além de receberem auxílios de voluntários recrutados pela própria empresa (CAETANO, 2014).

Com hortas em sua fachada e em seu interior e, aproveitando-se da alta tecnologia do país e do declínio da atividade rural do país, a empresa Pasona Inc criou uma horta corporativa. Em um espaço de quase 20.000 m², dos quais 4 mil são dedicados ao cultivo hidropônico de mais de 200 espécies orgânicas²⁷ de plantas, frutas e vegetais, o edifício Pasona Inc possibilita aos funcionários o cultivo e consumo dos alimentos (HOMETEKA, 2013). Contendo um sistema inteligente de monitoramento de iluminação artificial e irrigação, por exemplo, o empreendimento consegue ser produtivo o ano todo (PET, 2020), corroborando, desta forma, para a saúde daqueles que praticam e convivem com esta alternativa, bem como com a difusão da lógica sustentável.

De modo semelhante, pensando no abastecimento alimentar da população, em um edifício na área industrial entre Kyoto e Osaka, no Japão, há o cultivo de alfaces mediante luz artificial (ECONOMIA UOL, 2020). Produzindo cerca de 30 mil pés de alfaces por dia, o sistema, nomeado “Fazenda Vegetal”, conta com alta tecnologia de plantio hidropônico e aeropônico, contribuindo com o abastecimento alimentar em larga escala. Podendo ser instalado em espaços pequenos e estando protegido das condições climáticas e desastres naturais, a estrutura reduz significativamente custos e impactos dos alimentos até o consumidor final, além de contribuir com a produção agrícola tradicional (CICLO VIVO, 2017).

Observa-se, ainda, experiências de agricultura urbana nas coberturas de estações de trem, como é o caso do projeto Sodarofarms (FIGURA 4), que construiu pomares em 5 estações da Companhia Ferroviária do Leste do Japão (GAETE, 2014) com livre acesso da população. A ideia é possibilitar aos passageiros uma área de descanso enquanto esperam o embarque, além de os permitirem semear algumas hortaliças. Já para aqueles que querem, de fato, cultivar uma horta, há a opção de pagar pelo pedaço de terra, recebendo as ferramentas necessárias e auxílio de especialistas para orientá-los nos plantios e colheitas (SPITZCOVSKY, 2015).

Nota-se que, embora diferente das experiências brasileiras em alguns aspectos, sobretudo, no que se refere a tecnologia empregada, a experiência japonesa cresce cada vez mais de acordo com suas necessidades e disponibilidades, a exemplo dos plantios no interior de construções urbanas e

²⁷ Segundo (BIO 3, 2016), a agricultura promovida no local é 100 % orgânica.

coberturas, os quais são beneficiados por tecnologias de ponta ou ainda seguem o padrão tradicional de plantação e colheita. De toda forma, tais experiências evidenciam a preocupação das cidades em garantir aos cidadãos condições e direitos básicos, seja no que concerne ao ambiente ecologicamente equilibrado, seja com relação à segurança alimentar ou à busca incessante por cidades sustentáveis.

FIGURA 4 - HORTA URBANA EM ESTAÇÃO DE METRÔ, NO JAPÃO.



FONTE: GAETE, 2014.

Nesse mesmo viés, em Nova York, fazendas verticais e coberturas verdes ganham espaços nas cidades no intuito de auxiliar a produção de alimentos e a promoção da segurança alimentar. Estima-se que, cerca de 36 toneladas de vegetais orgânicos são cultivados no topo de edifícios ao ano (FNA, 2021).

Brooklyn Grange Farm, iniciativa encontrada nos telhados de dois prédios, um no Queens e outro no Brooklyn (FIGURA 5), promove o cultivo com técnica de origem orgânica de uma diversidade de alimentos, produzindo, em uma das hortas, mais de 22 mil quilos de alimentos ao ano (ECYCLE, 2017), tornando-os acessíveis aos moradores e vendendo-os a restaurantes locais, mercearias e famílias interessadas (SPITZCOVSKY, 2015). O projeto, utilizando-se de espaços públicos vazios, busca incentivar a agricultura local, oferecendo alimentos frescos e de qualidade aos moradores da região, além de gerar empregos e melhorar a qualidade de vida da cidade e da população (SPITZCOVSKY, 2016).

Já na cidade de Detroit, nos Estados Unidos, local drasticamente afetado, sobretudo, pós crise 2008, renasceu com a criação de um bairro urbano agrícola (BARBOSA, 2016). De iniciativa social, o projeto veio para incentivar a agricultura local, lazer e trabalho aos moradores da região. Abastecendo gratuitamente cerca de 2 mil famílias e igrejas locais, as hortas produzem uma diversidade de frutas e

verduras orgânicas. Além disso, o bairro conta com centros de educação ambiental e diversos outros projetos socioculturais (CICLO VIVO, 2016).

FIGURA 5 - FAZENDA URBANA EM TODO DE EDIFÍCIO, EM NEW YORK.



FONTE: BROOKLYN GRANGE FARM, sem ano, il. color.

Assim, tais experiências demonstram que, mesmo em grandes centros urbanos e em cidades drasticamente afetadas por problemas sociais, econômicos e urbanos, é possível direcionar-se a uma solução sustentável em meios a estes problemas, focando, desta maneira, na agricultura urbana como um meio de se atingir impactos positivos nas esferas sociais, ambientais e econômicas.

4.3 CONTRIBUIÇÃO DA AGRICULTURA URBANA PARA A AGROECOLOGIA

Como visto, a agricultura urbana integra-se ao sistema ecológico, urbano, social e econômico, atendendo às exigências e necessidades das presentes e futuras gerações. Aproveitando-se dos mais variados espaços nas cidades e praticada sob diferentes formas, a agricultura urbana produz uma multiplicidade de alimentos, dos quais destinam-se ao consumo próprio, doações, trocas ou para consumo e/ou venda locais.

Carregando consigo uma infinidade de benefícios, a agricultura urbana além de proporcionar, de modo geral, uma sociedade mais sustentável, produtiva e inclusiva, garante, de modo específico, o direito à alimentação e nutrição adequadas, com o acesso de alimentos saudáveis, nutritivos, de qualidade e seguros, muitos, como nas experiências mostradas nos pontos 4.1 e 4.2, livres de contaminantes.

Ademais, no mesmo sentido de saúde, a agricultura urbana proporciona aos habitantes praticantes ou visitantes das hortas, melhoria na saúde mental, funcionando até mesmo como uma forma de terapia ocupacional, estimulando e/ou reforçando, ainda, laços sociais. Em seu sentido ambiental, a agricultura urbana contribui para a regulação do microclima, atuando efetivamente na manutenção da biodiversidade (ECYCLE, 2017), ao utilizar, por exemplo, resíduos e rejeitos domésticos como compostos orgânicos para adubação, corroborando, desta forma, para o meio ambiente sadio e ecologicamente equilibrado.

Já em seu sentido social, econômico e cultural, a agricultura urbana gera oportunidade de emprego e possibilidade de renda alternativa, sobretudo, à grupos vulneráveis, bem como proporciona trocas de experiências, espaços de lazer e aprendizado, empoderamento comunitário, disseminação de uma lógica sustentável e desenvolvimento local (ROESE, p. 2-3).

Assim, dentre todos os sentidos e multifuncionalidades da agricultura urbana, pode-se afirmar que, sua prática favorece a garantia de direitos fundamentais e humanos. E, se, promovida como uma potencial política pública, adequadamente apoiada, elaborada, planejada e integrada ao planejamento urbano das cidades, tende a ganhar maior efetividade e visibilidade. Favorecendo e promovendo, desta forma, o desenvolvimento sustentável, ações participativas da comunidade e melhoria na qualidade de vida (MACHADO e MACHADO, 2002, p. 11-16).

Nesse sentido, levando em consideração a vertiginosa urbanização mundial comentada no presente trabalho, além do histórico mundial agrícola com graves consequências sociais e ambientais, a agricultura urbana demonstra-se como uma alternativa sustentável e um fenômeno socioeconômico em ascensão. Fazendo-se necessário, a partir de então, refletir acerca da cidade que queremos e o modo de produção mais desejável na busca pelas cidades sustentáveis (TONELO, 2015, p. 70). Atualmente, considerado o maior mercado consumidor de agrotóxico²⁸ do mundo, o Brasil, cujo histórico de utilização deriva de vários fatores, tais como

²⁸ “De acordo com o decreto nº 4.074, de 4 de janeiro de 2002, os agrotóxicos são: produtos e componentes resultantes de processos físicos, químicos ou biológicos. Destinados ao uso nos setores de produção, armazenamento e beneficiamento de produtos agrícolas, nas pastagens, na produção de florestas nativas ou implantadas. Também são utilizados em outros ecossistemas com a finalidade de alterar a composição da flora e fauna, a fim de preservá-las da ação danosa de seres vivos considerados nocivos. São conhecidos ainda como substâncias e produtos desfolhantes, dessecantes, estimulantes e inibidores de crescimento” (CORRÊA, AZEVEDO e SOUZA, 2020).

aumento da área cultivada e surgimento de pragas agrícolas (PHILLIPPI JR; FREITAS e SPÍNOLA, 2016, p. 284), encontra-se em um cenário preocupante. No ano de 2020²⁹, o país registrou um significativo aumento nas aprovações de registros de agrotóxicos para fabricação e uso (CORRÊA, AZEVEDO e SOUZA, 2020), tornando o atual cenário ainda mais preocupante.

Embora o Brasil seja, hoje, o terceiro maior produtor de alimentos do mundo, como visto no ponto 2.2 a fome entre a população brasileira tem aumentado. Questões contraditórias, mas que fazem refletir acerca do tipo de alimento que é produzido, sua qualidade e seu custo (CORRÊA, AZEVEDO e SOUZA, 2020). A utilização intensa de agrotóxicos nas lavouras ou até mesmo, ilegalmente, em áreas urbanas, como a capina química, trazem sérios prejuízos. Além de contaminar, direta ou indiretamente, produtores e consumidores de produtos agrícolas, contamina, também, o ecossistema. Violando, desta forma, direitos fundamentais e humanos, tais como o direito à alimentação e nutrição adequadas e ao meio ambiente ecologicamente equilibrado (PHILLIPPI JR; FREITAS e SPÍNOLA, 2016, p. 287).

Portanto, em decorrência das adversidades socioambientais existentes na atualidade, o tema da agroecologia ganha vez, sobretudo, por tentar proporcionar, por meio da agricultura urbana, a maximização de benefícios sociais e minimização e/ou extinção de agrotóxicos, fertilizantes químicos, energia não renovável (PHILLIPPI JR; FREITAS e SPÍNOLA, 2016, p. 298-299) e o consequente impacto ambiental.

Com força a partir da década de 80, a agroecologia viu-se abraçada a movimentos sociais, demonstrando-se como uma alternativa à agricultura convencional dominante. Carregando diretrizes que dialogam diretamente com a questão da segurança alimentar³⁰, promoção da saúde e com o meio ambiente, as práticas de agricultura urbana de fundo agroecológico procuram respeitar “a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis” (RIBEIRO, 2013, p. 55).

²⁹ Até outubro de 2020, 315 novas aprovações de agrotóxicos para fabricação e uso foram realizadas (CORRÊA, AZEVEDO e SOUZA, 2020).

³⁰ O termo “segurança alimentar” é, para Maria Emília Pacheco, “um princípio que diz respeito ao direito que têm os povos de definirem as políticas, com autonomia sobre o que produzir, para quem produzir e em que condições produzir” (CETRA, 2013).

Ribeiro, Azevedo, Pelicioni, Bógus e Pereira (2012, p. 382), definem a agroecologia como

a aplicação dos princípios e conceitos da ecologia ao desenho e manejo de agroecossistemas sustentáveis, com foco no empoderamento do agricultor. Ela é percebida como uma ciência em construção com características transdisciplinares, integrando conhecimentos de diversas outras ciências e incorporando o conhecimento tradicional, validado por meio de metodologias científicas. Por seu caráter interdisciplinar, as diretrizes da agroecologia dialogam com a proposta da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), que consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis.

Há, nitidamente, uma diversidade no sistema agroecológico, seja de sementes, ambientes ou práticas, demonstrando-se a riqueza nas práticas voltadas a esse viés. Que, além de lutar pela garantia do direito humano à alimentação e nutrição adequadas, permite o acesso efetivo de alimentos seguros, de qualidade, nutritivos e saudáveis, respeito às culturas e recursos naturais.

Destarte, de modo complementar, Maria Emília Pacheco³¹ compreende a agroecologia como

uma ciência, um movimento social e práticas. E ela tem uma dimensão tecnológica, porque a prática agroecológica supõe não usar venenos, não usar agrotóxicos. Mas é mais do que isso. A agroecologia significa o manejo sustentável dos recursos naturais, significa ter uma relação mais harmoniosa com a natureza. Mas ela também tem uma dimensão social, econômica, política. Porque os sistemas agroecológicos, a implantação deles e o próprio processo de transição da agricultura convencional para a agricultura agroecológica supõe, ao mesmo tempo, que a gente leve em conta a necessidade do que chamamos de construção social de mercados. Significa aproximar também o produtor do consumidor (ESPLAR, 2014).

Configura-se, assim, a agricultura urbana agroecológica³² como “um ponto de partida para discussões muito mais amplas sobre os presentes e os futuros que desejamos” (DYCK, MAUGHAN, VANKEERBERGHEN e VISSER, 2017, p. 8). Além do que, sua importância social pode ser associada, também, a um

³¹ Assessora da ONG FASE - Solidariedade e Educação, integrante dos Núcleos Executivos da Articulação Nacional de Agroecologia - ANA e do Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (SANTOS, 2021).

³² Por agroecologia urbana, entende-se que sua origem está atrelada ao crescente movimento de agricultura urbana, do qual reconheceu diversas histórias e práticas agrícolas nas cidades (RIBEIRO, 2013, p. 24)

processo emancipatório mais amplo, no qual os cidadãos afirmam seu direito coletivo para controlar democraticamente a produção e o uso dos espaços e processos urbanos. Esse “direito à cidade” envolve exercer algum poder para interferir nos processos de urbanização, no modo como nossas cidades são feitas e refeitas – e fazê-lo de um modo fundamental e radical (RIBEIRO, 2013, p. 28).

Por isso, na maior parte dos casos, a agricultura urbana agroecológica advém de demandas urbanas sociais (RIBEIRO, AZEVEDO, PELICIONI, BÓGUS e PEREIRA, 2012, p. 382) e econômicas, fruto de diversos problemas que assolam a atualidade.

Isto posto, de modo geral, práticas agrícolas alternativas sustentáveis, a exemplo da agricultura urbana, estão atreladas aos preceitos da agroecologia, nas quais o uso adequado dos recursos ambientais é claramente observado, bem como a supressão, ainda que, em alguns casos, não em sua totalidade, do uso de agrotóxicos para a produção de alimentos.

Contudo, sabe-se que, a utilização de agrotóxicos para a produção de alimentos causa diversos malefícios, tais como intoxicações, câncer, contaminação do solo, água e dos próprios alimentos (MAAS, MALVESTITI e GONTIJO, 2020, p. 3). E, mesmo que esteja incluído em agendas desenvolvimento e no campo de atuação da FIAN – Brasil (Organização pelo Direito Humano à Alimentação e à Nutrição Adequadas), o uso indiscriminado de agrotóxicos, parece, segundo Paulo Spínola (apud PACHECO, 2021), ter certa cumplicidade dos Estados, aos quais expandem o uso do agrotóxico e violam direitos tão essenciais à dignidade dos seres humanos e do ecossistema.

Nesse sentido, embora sempre haja, involuntariamente, impactos negativos em qualquer forma de interferência ambiental, a agricultura urbana pautada em preceitos agroecológicos, possui impactos menores quando comparados a práticas tradicionais dominantes. Sendo, necessário, portanto, alternativas efetivas para a redução em sua melhor escala, além de regulamentações e leis que estimulem cada vez mais a produção agroecológica³³ e orgânica (PACHECO, 2021).

³³ A produção agroecológica é entendida como uma agricultura sustentável. Que, por sua vez, é diferenciada da agricultura orgânica. Stein e Coscolin (2019, p. 13-14), entendem que a agricultura sustentável preocupa-se com o cultivo racional e de menor impacto possível, buscando manter sua “diversidade biológica, produtividade, capacidade regenerativa, vitalidade e habilidade de funcionamento”, preservando, desta forma, as “funções ecológicas, econômicas e sociais na esfera local, nacional e global”, embora utilize-se, por vezes, de produtos químicos, ainda que de menor impacto. Já por agricultura orgânica compreendem, todavia, que ela encontra-se comprometida com a

Assim, agricultura urbana de base agroecológica, contribui significativamente para a sustentabilidade das cidades e, intrinsecamente, com os direitos fundamentais e humanos. Outrossim, caracterizando-se como uma demanda socioambiental, essa alternativa sustentável “oferece uma alimentação mais saudável, além de uma maior oferta de empregos, oportunidades e negócios para as famílias e empresas que se preocupam com o sustento do meio ambiente e o bem-estar da população” (VALENT, OLIVEIRA e VALENT, 2017, p. 6).

Por isso, a alternativa pela agricultura urbana agroecológica demonstra-se essencial e necessária para as presentes e futuras gerações, uma vez que estimula o desenvolvimento sustentável, além de favorecer a segurança alimentar, melhoria do meio ambiente, inclusão social e geração de renda.

organicidade e sanidade da produção de alimentos, utilizando-se de “tecnologias apropriadas à realidade local de solo, topografia, clima, água, radiações e biodiversidade própria de cada contexto, mantendo a harmonia de todos esses elementos entre si e com os seres humanos”.

5 CONCLUSÃO

O presente trabalho, longe de esgotar as discussões acerca da agricultura urbana, procurou enfatizar que a sua prática é uma alternativa sustentável, necessária e urgente em meio à crescente urbanização, capaz de concretizar, na maior medida possível, direitos fundamentais e humanos.

Como visto, as cidades são marcadas por aglomerações humanas e uma infinidade de construções, as quais carregam consigo uma diversidade econômico-ambiental e política-cultural. Contudo, dessa diversidade, problemáticas urbanas vieram a surgir, trazendo consequências e prejuízos nas esferas sociais-econômicas, ambientais e políticas.

Diante deste cenário, a busca por cidades sustentáveis tornou-se cada vez mais intensa, bem como o esforço de reconhecer práticas alternativas que pudessem transmitir à população a importância de hábitos e valores sustentáveis e pudessem, também, promover direitos fundamentais e humanos, em especial os direitos ao ambiente ecologicamente equilibrado, à alimentação e nutrição adequada e à saúde, os quais podem proporcionar à todos o direito à cidade sustentável.

Assim, analisou-se que, a agricultura urbana como uma estratégia transformadora e como uma ferramenta de política pública, busca, por um viés sustentável, o melhor uso dos recursos ambientais. Proporciona, desta forma, maior bem-estar e melhoria na qualidade de vida aos habitantes, estando, inclusive, atrelada à inclusão social, geração de renda e criação de espaços democráticos.

Tais consequências positivas advindas da prática da agricultura urbana encontram-se vinculadas à existência digna, segura e sem medo dos seres humanos e, portanto, configuram-se como direitos fundamentais e humanos. Direitos estes, por sua vez, oriundos a partir de contextos concretos de vivência e integrados à práticas sociais transformadoras em prol da dignidade humana.

Nesse sentido, analisou-se que os direitos humanos são fruto de processos históricos de lutas dos seres humanos frente às desigualdades e injustiças sociais, culturais, econômicas, étnicas e territoriais. Pensando na vida digna, buscam atender as necessidades e valores sociais da natureza humana, como o acesso generalizado, igualitário e não hierarquizado de bens exigíveis. Enquanto dos direitos fundamentais, compreendeu-se que sua base é o reconhecimento da

dignidade da pessoa humana e seu suporte encontra-se no compromisso do Estado em afirmar e reafirmar a busca de uma condição biológica, psicológica, política, econômica, social e cultural plena aos indivíduos.

À vista disso, a proteção dos direitos fundamentais e humanos, como o direito ao ambiente ecologicamente equilibrado e direito à alimentação e nutrição adequadas devem constituir componentes primordiais ao processo de desenvolvimento sustentável, haja vista a questão da saúde intrínseca à eles, que, também é garantida aos cidadãos quando há a implementação de alternativas que viabilizem a concretização dos direitos ora mencionados.

Por isso, defendeu-se a necessidade de assegurar na sua máxima completude os direitos ao ambiente ecologicamente equilibrado e direito à alimentação e nutrição adequadas, em prol de uma vida saudável e digna para as presentes e futuras gerações, aspectos estes primordiais para o planejamento das cidades em sua dimensão positivamente sustentável.

Nessa perspectiva, a sustentabilidade das cidades, cujo conceito está em permanente mudança e adaptação aos desafios de cada época, está, geralmente, atrelada à uma base social de viés educacional. Por isso, sua concepção está apoiada a projetos de mudanças e disseminação de uma consciência ecológica e saudável, visando a qualidade de vida digna a todos, respeitando as necessidades e demandas humanas, espaciais e ambientais.

Demonstrou-se, assim, que, a reflexão acerca da garantia de um desenvolvimento e planejamento urbano, social, econômico e cultural sustentável, deve atentar-se às intervenções dos recursos naturais, pois são elas que medem a qualidade de vida ambiental, bem-estar e saúde da população em sua dimensão positiva ou negativa.

Destarte, esse desenvolvimento e planejamento urbano, social, econômico e cultural sustentável devem ser pautados, também, no direito urbanístico e no direito à cidade, que, analisados em sua dimensão socioambiental, corrobora em grande medida para a construção de cidades sustentáveis e com uma vida digna aos cidadãos.

Observou-se, todavia, que, a aplicação de políticas públicas que atendam as especificidades e carências e respeitem as limitações das comunidades, proporcionando-as melhorias positivas em concomitância ao desenvolvimento sustentável são necessárias. E, por isso, o planejamento urbano face a urbanização

deve criar e reorganizar as cidades, proporcionando ambientes economicamente viáveis, socialmente justos e ambientalmente corretos.

Dessa forma, pensar o direito urbanístico como sendo um conjunto de medidas estatais transformadoras e diretamente relacionado com a função social da propriedade, bem-estar de seus habitantes e com a biodiversidade, é entendê-lo como uma ferramenta de planejamento e organização de espaços habitáveis e não habitáveis, que possibilita melhores condições de vida aos seres vivos em comunidade frente aos desafios reais.

Entende-se, nesse sentido, necessária a adequação e remodelação das cidades face às transformações do processo de urbanização desordenado e, com base em preceitos constitucionais, buscar ações e alternativas de planejamento para controlar e/ou minimizar problemas decorrentes desta urbanização, tais como, deterioração do meio ambiente, desorganização social, desemprego, vulnerabilidades básicas de saneamento, saúde, habitação e educação.

Assim, visando a qualidade de vida, equilíbrio do meio ambiente, saúde e sustentabilidade nos ambientes urbanos, o direito à cidade, expresso no ordenamento jurídico, configura-se como um direito fundamental ligado à dignidade da pessoa humana e aos demais direitos fundamentais e humanos. Promovendo, desta forma, a remodelação do processo de urbanização em seu sentido positivo, visando o desenvolvimento urbano justo, inclusivo, digno e sustentável.

Nesse sentido, o direito à cidade, embora influenciado e comumente atrelado às políticas urbanas estatais e projetos urbanísticos, demonstra-se muito mais como um orientador de lutas sociais, do qual busca melhorias aos seres humanos e de suas ações, transformando e reformulando espaços das cidades, tornando-os aptos a concretizar, com dignidade, direitos fundamentais e humanos.

Essa busca, porém, depende do Poder Público, que deve observar, instrumentalizar e atender os problemas urbanos por meio de normativas, princípios, diretrizes ou Estatutos, levando, sempre, em consideração as reais necessidades reivindicadas pelos habitantes, os quais também possuem significativo papel social. Promovendo, desta maneira, o desenvolvimento urbano sustentável e a qualidade de vida digna aos cidadãos urbanos.

Neste seguimento, observou-se, enfim, que, a sustentabilidade socioambiental reforça a indispensabilidade dos planejamentos urbanos compatibilizarem ações humanas com a conservação dos ecossistemas. Prezando,

ainda, pela qualidade de vida e saúde de todos. Assim sendo, faz-se necessária a busca de meios alternativos sustentáveis que, em consonância às necessidades modernas, utilizem da maneira mais adequada possível os recursos advindos da natureza e promovam com efetividade direitos fundamentais e humanos.

Por meio alternativo sustentável, buscou-se, por fim, compreender a relação da agricultura urbana agroecológica com a sustentabilidade, observando sua contribuição para a qualidade de vida e proteção do meio ambiente no espaço urbano.

Vinculada a três principais argumentos incentivadores de sua prática, sendo eles: a promoção de cidades ecológicas, cidades produtivas e cidades inclusivas, analisou-se que a agricultura urbana passou a ser inserida em agendas de políticas públicas em razão de questões preocupantes como a questão ambiental, a (in)segurança alimentar e a segregação socioespacial das cidades.

Configurando-se como multifuncional, a agricultura urbana pode ser vista como um fenômeno social, político, econômico e cultural. E, valendo-se de uma multiplicidade de locais, cultiva por meio de preceitos sustentáveis, diversos produtos alimentícios e não alimentícios voltados para o auto-consumo, trocas, doações ou comercialização locais. Proporcionando, desta forma, melhores condições de vida e de saúde à população local, além de preocupar-se com as questões ambientais e do planejamento urbano, o qual deve se adequar de acordo com a demanda e estrutura populacionais.

Por conseguinte, pode-se afirmar que a agricultura urbana contribui positivamente com a busca por cidades sustentáveis, produtivas e inclusivas, haja vista que, sua prática aproveita-se de espaços já existentes nas cidades, gera menor impacto ambiental e produz alimentos seguros, de qualidade e nutritivos.

Logo, pensar na agricultura urbana como uma alternativa sustentável em prol da garantia de direitos fundamentais e humanos, é pensá-la a partir da reflexão da cidade que queremos para as presentes e futuras gerações, do atual modo de produção alimentar e da relação existente entre humanos-natureza.

Como fruto dessa reflexão, buscou-se, enfim, trazer experiências voltadas à agricultura urbana no Brasil e no mundo. No Brasil, a inclusão em políticas públicas, programas e leis e iniciativas populares possibilitou a garantia de direitos fundamentais e humanos. A exemplo de Curitiba, no Estado do Paraná, que cerca de 99 hortas urbanas são apoiadas pela Prefeitura Municipal de Curitiba. Aqui, o

incentivo demonstra-se claro, bem como seus benefícios à saúde da população urbana e ao meio ambiente. Com o objetivo de favorecer a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) da população curitibana, as hortas, presentes em diversos cantos da Capital, contribuem com a diminuição da fome, garantia da sustentabilidade ambiental urbana, inclusão social e geração de renda. Configurando-se, assim, como uma ferramenta de caráter educacional de concretização de direitos relacionados à qualidade de vida, à saúde, à alimentação e nutrição adequadas, ao meio ambiente ecologicamente equilibrado e ao espaço urbano participativo.

Lado outro, demonstrou-se, nas experiências no mundo, o Japão, país desenvolvido, que utilizou-se de seu alto potencial tecnológico em prol da sustentabilidade e da garantia de direitos fundamentais e humanos por meio da prática de agricultura urbana em edifícios, como é o caso do edifício da empresa Pasona Inc. Sua principal justificativa recai na garantia de segurança alimentar da população e garantia da saúde daqueles que possuem contato diário com a prática, bem como aproximação e disseminação da lógica sustentável.

Tais experiências evidenciaram a preocupação das cidades em garantir aos cidadãos, de acordo com suas necessidades e disponibilidades, condições e direitos básicos, seja no que concerne ao ambiente ecologicamente equilibrado, seja com relação à segurança alimentar ou à busca incessante por cidades sustentáveis.

Assim, levando em consideração o atual modo de produção agrícola do Brasil, considerado o maior mercado consumidor de agrotóxico do mundo e, portanto, violador dos direitos fundamentais e humanos, tais como o direito à alimentação e nutrição adequadas e ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, defendeu-se a agricultura agroecológica.

A agroecologia entendida como uma ciência de características transdisciplinares e de caráter interdisciplinar, dialoga diretamente com o direito à saúde e, mais especificamente, ao direito à alimentação e nutrição adequadas. Possibilita aos cidadãos o acesso regular e permanente de alimentos de qualidade e em quantidade suficientes, utilizando em sua prática o uso adequado dos recursos ambientais, bem como a supressão, ainda que, em alguns casos, não em sua totalidade, do uso de agrotóxicos para a produção de alimentos

Nesse sentido, a agricultura urbana agroecológica além de lutar pela garantia do direito humano à alimentação e nutrição adequadas, respeita a

diversidade local, cultural, social e econômica das cidades, promovendo práticas ambientalmente sustentáveis em prol do desenvolvimento urbano sustentável.

Assim, em relação ao objetivo geral do presente trabalho, verifica-se e concluiu-se que, de fato, se houver a inclusão da agricultura urbana como uma política pública em planejamentos urbanos juntamente com sua promoção e incentivo nos três níveis federais por lei, programas e projetos, além do apoio da população urbana, sua prática torna-se muito mais viável.

Destarte, a prática da agricultura urbana, sobretudo, a de base agroecológica, defendida no presente trabalho, contribui significativamente para o desenvolvimento sustentável em sua dimensão positiva, zelando pelos direitos ao ambiente ecologicamente equilibrado, à alimentação e nutrição adequada, à saúde e ao direito à cidade.

De modo específico, revelou-se, por meio do mapeando de experiências no Brasil, em especial Curitiba e São Paulo, em Tóquio, no Japão e em New York e Detroit, nos Estados Unidos, que a prática da agricultura urbana tem se intensificado e se tornado cada vez mais comum em diversas áreas, sob diversas formas, dinâmicas e especificidades. Observou-se a nítida influência positiva da agricultura urbana nas transformações sociais, ambientais, culturais e econômicas, destacando-se melhorias na saúde no que se refere ao acesso à alimentação segura, de qualidade e nutritiva, ao equilíbrio do meio ambiente e melhor uso de seus recursos naturais, além do melhor uso do espaço urbano em prol do desenvolvimento sustentável.

Portanto, conclui-se que, a agricultura urbana de cunho agroecológico vinculada a sustentabilidade ambiental pode garantir em maior ou menor medida, o enfrentamento dos problemas urbanos e, por consequência, da concretização dos direitos fundamentais e humanos, em especial do direito ao ambiente ecologicamente equilibrado, direito à alimentação e nutrição adequadas e do direito à cidade.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Ivy de Souza; BUSSINGUER, Elda Coelho de Azevedo. Os direitos fundamentais ao meio ambiente ecologicamente equilibrado e à saúde e os conflitos de poder: uma análise do problema da poluição do ar por particulado de minério em Vitória-ES. **Derecho y Cambio Social**, ano 12, nº. 40, 2015. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=5460326>. Acesso em: 17 abr. 2021.
- AQUINO, Adriana Maria de; ASSIS, Renato Linhares de. Agricultura orgânica em áreas urbanas e periurbanas com base na agroecologia. **Ambiente e Sociedade**. Campinas. v. 5, n. 1, p. 137-150, jan./jun. 2007. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-753X2007000100009. Acesso em: 06 jun. 2021.
- ALMEIDA, Daniela Adil Oliveira de; COSTA, Heloisa Soares de Moura. Agricultura urbana: uma aproximação possível entre a questão ambiental e a questão urbana. III SEMINÁRIO NACIONAL SOBRE O TRATAMENTO DE ÁREAS DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE EM MEIO URBANO E RESTRIÇÕES AMBIENTAIS AO PARCELAMENTO DO SOLO. Belém: UFPA, 2014.
- APEAM. Conheça a Fazenda Urbana de Curitiba. 2020. Disponível em: <https://apeam.com.br/conheca-a-fazenda-urbana-em-curitiba-html/>. Acesso em: 21 jul. 2021.
- ARAÚJO, Ana Célia Baía; PESSOA, Zoraide Souza. Cidades Sustentáveis e as políticas públicas urbanas: desafios na região metropolitana de Natal/RN. Gestão Urbana e Políticas Públicas Ambientais. **III ENEPCP Anais**, 2020, p. 2978-2987.
- ARAÚJO, José Salvador Pereira. Direitos Humanos, meio ambiente e sustentabilidade. Minas Gerais: **Revista Direito Ambiental e Sociedade**, v. 3, n. 1, 2013, p. 289-317.
- AZEVEDO, Delina Santos. **Direito à cidade ambientalmente sustentável e dignidade da pessoa humana**. 2013, 140f. Dissertação (Mestrado em Direito Público), Universidade Federal da Bahia (BA), 2013. Disponível em: https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/11318/1/Dissertacao_Final.pdf. Acesso em: 15 abr. 2021.
- AZEVEDO, Francisco Fransualdo; PERXACS, Helena; ALIÓ, Maria Àngels. **Dimensão Social da Agricultura Urbana e Periurbana**. Mercator (Fortaleza). vol. 19. Fortaleza, 2020. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-22012020000100205&lang=pt. Acesso em: 08 out. 2020.
- BARBOSA, Vanessa. Bairro renasce das cinzas com agricultura urbana nos EUA. Exame: 2016. Disponível em: <https://exame.com/mundo/bairro-renasce-das-cinzas-com-agricultura-urbana-nos-eua/>. Acesso em: 22 de jul. 2021.

BARRETTO, Rafael. Teoria Geral dos Direitos Humanos. **Direitos Humanos: JusPovidm**. 9 ed, v. 39. 2019. p. 23-32. Disponível em: <https://www.editorajuspovidm.com.br/cdn/arquivos/b2a50b4781eee4a6f57984883c64bd8e.pdf>. Acesso em: 26 abr. 2021.

BEM PARANÁ. Curitiba já tem 99 hortas urbanas com apoio da Prefeitura. 2020. Disponível em: <https://www.bemparana.com.br/noticia/curitiba-ja-tem-99-hortas-urbanas-com-apoio-da-prefeitura#.YPrEO-hKjIV>. Acesso em: 20 jul. 2021.

BERRIEL, Luiza Helena. **Um olhar sobre a evolução do direito urbanístico a partir do direito à cidade**. 2016. 113f. Dissertação (Mestrado em Direito Urbanístico). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (SP), 2016. Disponível em: <https://sapientia.pucsp.br/bitstream/handle/18813/2/Luiza%20Helena%20Berriel.pdf>. Acesso em: 12 jun. 2021.

BIO 3. Tóquio abriga edifício com fazenda urbana em meio a escritórios, 2016. Disponível em: <https://bio3consultoria.com.br/toquio-abriga-escritorio-fazenda-urbana/>. Acesso em: 17 jul. 2021.

BURITY, Valéria; FRANCESCHI, Thaís; VALENTE, Flavio; RECINE, Elisabetta; LEÃO, Marília; CARVALHO, Maria de Fátima. **Direito humano à alimentação adequada no contexto da segurança alimentar e nutricional**. 2010, 204f. Brasília (DF): ABRANDH, 2010, p. 10-66.

BRASIL. **Constituição** (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL, Fian. **Curso Básico de Direito Humano à Alimentação e à Nutrição Adequadas**. Módulo I, 72f. Gestão Fian Brasil, 2017-2020.

BRASIL. **Lei nº. 10.257, de 10 de julho de 2001**. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/LEIS_2001/L10257.htm. Acesso em: 10 jun. 2021.

BRASIL, Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Guia alimentar para a população brasileira**. 2014, 158f. Brasília (DF): Ministério da Saúde, 2 ed., 2014. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/guia_alimentar_populacao_brasileira_2ed.pdf. Acesso em: 18 abr. 2021.

BRASIL. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República **Direito à alimentação adequada**. 2013, 81f. Brasília (DF): Coordenação Geral de Educação em SDH/PR, Direitos Humanos, Secretaria Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos, 2013, p. 15-31. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/centrais-de-conteudo/promocao-e-defesa/direito-a-alimentacao-adequada>. Acesso em: 18 abr. 2021.

BROOKLYN GRANGE FARM, sem ano, il. color. Disponível em: <https://www.brooklyngrangefarm.com/about-brooklyn-grange-1>. Acesso em: 21 jul. 2021.

CAETANO, Mariana. Fazendas Urbanas avançam em Tóquio, no Japão. *Globo Rural*. 2014. Disponível em: <http://revistagloborural.globo.com/Revista/Common/0,,ERT184581-18281,00.html>. Acesso em: 20 jul. 2020.

CALGARO, Cleide; REATO, Talissa Truccolo; HERMANY, Ricardo. Planejamento das cidades sustentáveis e inteligentes como recurso do direito urbanístico para a proteção socioambiental. **Revista Jurídica Direito & Paz**. São Paulo (SP): Lorena, ano XIV, n. 43, 2020, p. 170-188.

CALGARO, Cleide; RECH, Moisés João. Justiça Ambiental, Direitos Humanos e Meio Ambiente: Uma relação em construção. Maranhão (MA): **Revista de Direito e Sustentabilidade**, v. 3, n. 2, p. 1-16, jul./dez., 2017. Disponível em: <https://indexlaw.org/index.php/revistards/article/view/2261/pdf>. Acesso em: 17 abr. 2021.

CARTA MUNDIAL PELO DIREITO À CIDADE. 2005. Disponível em: <https://normativos.confex.org.br/downloads/anexo/1108-10.pdf>. Acesso em: 02 maio 2021.

CARVALHO, Maria de Lourdes de; BARBOSA, Telma Regina da Costa Guimarães; SOARES, Jeferson Boechat. Implementação de Política Pública: uma abordagem teórica e crítica. **X Coloquio Internacional sobre Gestión Universitaria en América del Sur**. 2010. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/97020/IMPLEMENTA%c3%87%c3%83O%20DE%20POL%c3%8dTICA%20P%c3%9aBLICA%20UMA%20ABORDAGEM%20TE%c3%93RICA%20E%20CR.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 02 set. 2021.

CENCI, Daniel Rubens; SCHONARDIE, Elenise Felzke. Direito à cidade: sustentabilidade e desenvolvimento no meio urbano. **Revista de Direito da cidade**. 2015, v. 7, n. 1, p. 166-180. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/rdc/article/view/15203>. Acesso em: 01 maio 2021.

CETRA. **Maria Emília Pacheco sobre agroecologia, soberania alimentar e justiça social**. Desenvolvimento Sustentabilidade Solidariedade: 2013. Entrevista. Disponível em: <https://cetra.org.br/index.php/pt-br/entrevista/79-maria-emilia-pacheco-sobre-agroecologia-soberania-alimentar-e-justica-social>. Acesso em: 24 jul. 2021.

CICLO VIVO. Fazenda urbana em prédio do Japão será operada por robôs. 2017. Disponível em: <https://ciclovivo.com.br/planeta/desenvolvimento/fazenda-em-predio-no-japao-produz-ira-30-mil-pes-de-alface-por-dia/>. Acesso em: 21 jul. 2021.

CICLO VIVO. Fazenda de agricultura urbana de 4 mil m² é inaugurada em Curitiba. 2020. Disponível em: <https://ciclovivo.com.br/mao-na-massa/horta/fazenda-de-agricultura-urbana-de-4-mil-m%C2%B2-e-inaugurada-em-curitiba/>. Acesso em: 21 jul. 2021.

CICLO VIVO. Horta em área abandonada de Detroit produz alimentos para 2 mil famílias. 2016. Disponível em: <https://ciclovivo.com.br/inovacao/inspiracao/horta-em-area-abandonada-de-detroit-produz-alimentos-para-2-mil-familias/>. Acesso em: 22 jul. 2021.

COMELLI, Juliana Pasquetti. **Agricultura Urbana: contribuição para a qualidade ambiental urbana e desenvolvimento sustentável - Estudo de Caso - hortas escolares no município de Feliz/RS**. Dissertação (Pós-graduação em Engenharia Civil). Porto Alegre (RS): Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2015. p. 18-30. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/139382/000989842.pdf?sequence=1>. Acesso em: 08 maio 2021.

CORRÊA, Antony; AZEVEDO, Jade; SOUZA, Lucas. Brasil é o país que mais consome agrotóxico no mundo. Brasil de Fato: 2020. Disponível em: <https://www.brasildefatores.com.br/2020/11/13/brasil-e-o-pais-que-mais-consome-agrotoxicos-no-mundo>. Acesso em: 24 jul. 2021.

COSTA, Regina Helena. **Princípios de Direito Urbanístico na Constituição de 1988**. Temas de Direito Urbanístico. São Paulo (SP): 1991, v. 2, p. 108- 127. Disponível em: https://edisdisciplinas.usp.br/pluginfile.php/1894541/mod_resource/content/0/02%20COSTA.%20Principios%20de%20direito%20urbanistico%20na%20CF88.pdf. Acesso em: 10 jun. 2021.

COSTALDELLO, Angela Cassia. As Transformações do Regime Jurídico da Propriedade Privada: a influência no direito urbanístico. **Revista da Faculdade de Direito UFPR**, v. 45, 2006, p. 151-168.

COSTALDELLO, Angela Cassia; GARCIA, Julio Cesar. **O controle biopolítico e o direito urbanístico e ambiental contemporâneo: uma análise do projeto beira rio em Foz do Iguaçu**. 2013. Disponível em: https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=3565573. Acesso em: 12 jun. 2021.

COUTINHO, Maura Neves. **Agricultura Urbana: Práticas Populares e sua Inserção em Políticas Públicas**. Dissertação (Pós Graduação em Geografia). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte (BH), 2010, p. 45-122 e 179-180. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/MPBB-87YHD5>. Acesso em: 12 out. 2020.

COUTINHO, Maura Neves; COSTA, Heloísa Soares de Moura. Agricultura urbana: prática espontânea, política pública e transformação de saberes rurais na cidade. Belo Horizonte (BH): **Geografias Artigos Científicos**, jul./dez. 2011. p. 81-97.

Disponível em:

<https://periodicos.ufmg.br/index.php/geografias/article/view/13322/10554>. Acesso em: 05 jul. 2021.

CUSTÓDIO, Helita Barreira. **Introdução ao Direito Urbanístico**. Disponível em:

<https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/05%20Introducao%20ao%20Direito%20Urbanistico.pdf>. Acesso em: 11 jun. 2021.

CUSTODIO, Maraluce Maria; VIEIRA, Eriton Geraldo. O desenvolvimento sustentável à luz do direito fundamental ao meio ambiente ecologicamente equilibrado. Belo Horizonte (BH): **Meritum**, v. 10, n. 1, p. 159-197, jan./jun. 2015..

DANCIGER, Hannah Torres; JUNIOR, Valmiro Alexandre Gadelha. Análise da interface entre o direito urbanístico e o meio ambiente para o desenvolvimento de corredores ecológicos urbanos no planejamento urbanístico. **Revista de Direito Urbanístico, Cidade e Alteridade**. v. 6, n. 2, p. 93-113, jul./dez. 2020.

DA SILVA, Leny Pereira. Direito à saúde e o princípio da reserva do possível. 65f. Monografia de pós graduação (Lato Sensu) - Instituto Brasiliense de Direito Público, Brasília. Disponível em:

https://www.stf.jus.br/arquivo/cms/processoAudienciaPublicaSaude/anexo/DIREITO_A_SAUDE_por_Leny.pdf. Acesso em: 12 abr. 2021.

DUBDH, **Declaração Universal sobre Bioética e Direitos Humanos**. Preâmbulo, 2005. Disponível em:

http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/declaracao_univ_bioetica_dir_hum.pdf. Acesso em: 07 maio 2021.

DUDH. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Disponível:

https://www.ohchr.org/en/udhr/documents/udhr_translations/por.pdf. Acesso em: 18 abr. 2021.

DUNK, José Augusto Magni; SANTOS, Nivaldo dos. A efetividade do direito humano à alimentação adequada às pessoas privadas de liberdade nos cárceres brasileiros e o papel das instituições de justiça. Maranhão (MA): **Revista de Direitos Humanos e Efetividade**, v. 3, n. 2, p. 58-73, jul./dez. 2017.

DYCK, Barbara Van; MAUGHAN, Noémie; VANKEERBERGHEN, Audrey; VISSER, Marjolein. **Por que precisamos da agroecologia urbana**. Urban Agriculture UAmagazine, RUAF Foundation: n. 33, nov. 2017. Disponível em:

https://ruaf.org/assets/2019/11/rau33_completo.pdf. Acesso em: 24 jul. 2021.

ECONOMIA UOL. Japão cria “fábricas de verduras” para substituir agricultura no campo. 2020. Disponível em:

<https://economia.uol.com.br/noticias/afp/2020/01/02/japao-cria-fabricas-de-verduras-para-substituir-agricultura-no-campo.htm>. Acesso em: 21 jul. 2021.

ECYCLE. Agricultura Urbana Orgânica: entenda por que é uma boa ideia. 2017.

Disponível em: <https://www.ecycle.com.br/5666-agricultura-urbana.html>. Acesso em: 23 jul. 2021.

ECYCLE. Conheça uma das maiores “rooftop farm” do mundo. 2017. Disponível em: <https://www.ecycle.com.br/fazenda-urbana-rooftop-brooklyn-grange/>. Acesso em: 21 jul. 2021.

EDUCA IBGE. População rural e urbana. Disponível em: <https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18313-populacao-rural-e-urbana.html>. Acesso em: 10 jun. 2021.

ESPLAR. **Maria Emília Pacheco fala sobre agroecologia, agricultura familiar e produção orgânica.** Centro de Pesquisas e Assessorias: 2014. Entrevista. Disponível em: <https://esplar.com.br/imprensa/noticias/item/130-maria-emilia-pacheco-fala-sobre-agroecologia-agricultura-familiar-e-producao-organica>. Acesso em: 24 jul. 2021.

FACHIN, Melina Girardi. **Direito Humano ao Desenvolvimento: Universalização, Ressignificação e Emancipação.** Tese de Doutorado em Direito. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP): São Paulo, 2013. Disponível em: <https://tede.pucsp.br/bitstream/handle/6099/1/Melina%20Girardi%20Fachin.pdf>. Acesso em: 02 set. 2021.

FACHIN, Melina Girardi. **Verso e Anverso dos Fundamentos Contemporâneos dos Direitos Humanos dos Direitos Fundamentais: da localidade dos nós à universalidade do outro.** Tese de Mestrado em Direito. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP): São Paulo, 2008. Disponível em: <https://tede.pucsp.br/bitstream/handle/8123/1/Melina%20Girardi%20Fachin.pdf>. Acesso em: 02 set. 2021.

FILHO, Manoel Gonçalves Ferreira. **Direitos Humanos Fundamentais.** 15 ed. São Paulo: Saraiva, 2016. p. 119-130.

FLORES, Joaquín Herrera. **A (re)invenção dos direitos humanos.** Fundação Boiteux: Florianópolis, 2009. p. 23-34.

FNA, Federação Nacional dos Arquitetos e Urbanistas. Verticalização verde: impactos no nível do solo e na paisagem urbana. 2021. Disponível em: <https://www.fna.org.br/2021/02/09/verticalizacao-verde-impactos-no-nivel-do-solo-e-na-paisagem-urbana/>. Acesso em: 20 jul. 2021.

GAETE, Constanza Martínez. Japão inaugura horta urbana em estação de trem. 2014. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/600025/japao-inaugura-hortas-urbanas-em-estacoes-de-trem>. Acesso em: 19 jul. 2021.

GLOBO RURAL. Startup de estudantes cria irrigação inteligente e barata para pequenos agricultores. 2021. Disponível em: <https://revistagloborural.globo.com/Noticias/Agtech/noticia/2021/04/startup-de-estudantes-cria-irrigacao-inteligente-e-barata-para-pequenos-agricultores.html?fbclid=IwAR0EDSeMH0BYcyKS8czxumO0ggWJb1vq1WND9eOvlw7rcVQDyrS8GhTw8Ls>. Acesso em: 19 jul. 2021.

GOULART, Leandro Henrique; FERNANDES, Josiane Livia. Direito à propriedade e ao meio ambiente ecologicamente equilibrado: A colisão de direitos fundamentais. **Veredas do Direito**, Belo Horizonte, v. 9, n. 17, p. 133-161, jan./junh. 2012.

HOMETEKA. Agricultura Urbana: conheça a horta cooperativa no Japão. 2013. Disponível em: <https://www.hometeka.com.br/inspire-se/horta-corporativa-japao/>. Acesso em: 18 jul. 2021.

JAYO, Martin; CALDAS, Eduardo de Lima. Agriculturas Urbanas em São Paulo: histórico e tipologia. **Confinos Revista Franco-Brasileira de Geografia**. Dossiê Dinâmicas Territoriais e Gestão de Políticas Públicas, 2019. Disponível em: <https://journals.openedition.org/confinos/18639>. Acesso em: 22 jul. 2021.

KALIL, Ana Paula Maciel Costa; FERREIRA, Heline Sivini. A Dimensão Socioambiental do Estado de Direito. **Veredas do Direito**: Belo Horizonte, v. 14, n. 28, p. 329-359, jan./abr. 2017.

LEAL, Augusto Antônio Fontanive; BIOEN, Grayce Kelly; MARIN, Jeferson Dytz. Direito Fundamental ao meio ambiente e a inconstitucionalidade da Lei do Parcelamento do Solo. RECH, Adir Ubaldio; LEAL, Augusto Antônio Fontanive. **Estudos Contemporâneos de Direito Urbanístico e Ambiental**. Caxias do Sul (RS): Educs, 2017. Ebook. p. 40-59. Disponível em: <https://www.ucs.br/site/midia/arquivos/ebook-estudos-contemporaneos.pdf>. Acesso em: 10 maio 2021.

LEFEBVRE, Henri. **O Direito à Cidade**. Tradução Rubens Eduardo Frias. São Paulo (SP): Centauro, 2001.

MAAS, Larissa; MALVESTITI, Rosane; GONTIJO, Leila Amaral. O reflexo da ausência de políticas de incentivo à agricultura urbana orgânica: um estudo de caso em duas cidades do Brasil. **CSP - Caderno de Saúde Pública**, 2020. Disponível em: <https://scielosp.org/article/csp/2020.v36n8/e00134319/>. Acesso em: 23 jul. 2021.

MACHADO, Altair Toledo; MACHADO, Cynthia Torres de Toledo. **Agricultura Urbana**. Planaltina (DF): Embrapa Cerrados, 2002, p. 9-24. Disponível em: <https://ciorganicos.com.br/wp-content/uploads/2016/10/Agriurbana-EMBRAPA.pdf>. Acesso em: 07 jul. 2021.

MACHADO, Isis Laynne de Oliveira; GARRAFA, Volnei. **Proteção ao meio ambiente e às gerações futuras: desdobramentos e reflexões bioéticas**. Rio de Janeiro (RJ): Saúde Debate, v. 44, n. 124, p. 263-274, jan./mar. 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/sdeb/v44n124/0103-1104-sdeb-44-124-0263.pdf>. Acesso em: 08 jun. 2021.

MANCUSO, Ana Maria Cervato; FIORE, Elaine gomes; REDOLFI, Solange Cavalcante da Silva. **Guia de segurança alimentar e nutricional**. Barueri (SP): Manole, 2015. p. 3-77.

MARICATO, Ermínia. O Estatuto da Cidade Periférica. **O Estatuto da Cidade: comentado**, org. CARVALHO, Celso Santos, ROSSBACH, Anaclaudia. São Paulo (SP): Ministério das Cidades: Alianças das Cidades, 2010, p. 5-22. Disponível em: <https://secid.ma.gov.br/files/2014/09/Estatuto-da-Cidade-comentado.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2021.

MOURA, Marcléia Elias; SANTOS, Marcleide Elias dos; JESUS, Tânia Santos de; SOUZA, Rosemeri Melo. Desenvolvimento de indicadores de sustentabilidade urbano-regional. In: X ENCONTRO GEOGRÁFICO DA AMÉRICA LATINA. **Anais**. São Paulo, 2005, p. 9881-9898. Disponível em: <http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal10/Geografiasocioeconomica/Ordenamientoterritorial/31.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2021.

NAGIB, Gustavo. **Agricultura Urbana como ativismo na cidade de São Paulo: o caso da Horta das Corujas**. Dissertação (Pós-Graduação em Geografia Humana) - Departamento de Geografia. Universidade de São Paulo, São Paulo (SP), 2016, p. 158-215. Disponível em: https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-18082016-124530/publico/2016_GustavoNagib_VOrig.pdf. Acesso em: 23 jul. 2021.

NOJOSA, Gutemberg Barone A; SILVA, Fábio Alves Schmidt da. Agricultura eficiente e segurança alimentar. **Mercado e Negócios**. Agroanalysis: ago. 2013.

PACHECO, Iris. Em debate, Políticas e práticas de redução de agrotóxicos. Contra os Agrotóxicos, jun. 2021. Disponível em: <https://contraosagrototoxicos.org/existe-uma-grande-cumplicidade-dos-estados-na-expansao-do-uso-de-agrotoxicos-afirma-pesquisador/>. Acesso em: 23 jul. 2021.

PELLEGRINI, Aline. Qual o quadro de insegurança alimentar no Brasil da pandemia? Nexo Jornal, 2021. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2021/04/13/Qual-o-quadro-de-inseguran%C3%A7a-alimentar-no-Brasil-da-pandemia>. Acesso em: 07 maio 2021.

PET, Engenharia Sanitária e Ambiental. Benefícios Socioambientais da Agricultura Urbana. 2020. Disponível em: <http://www.petesa.eng.ufba.br/blog/beneficios-socioambientais-da-agricultura-urbana>. Acesso em: 20 jul. 2021.

PEQUENO, Marconi J. P. O Fundamento dos Direitos Humanos. **Educando em direitos humanos: fundamentos histórico-filosóficos e político-jurídicos**. Org. Lúcia de Fátima Guerra Ferreira, Maria de Nazaré Tavares Zenaide, Alexandre Antonio Gili Náder, organizadores. João Pessoa (PA): Editora da UFPB, 2016. v.1. p. 25-29. Disponível em: <http://www.cchla.ufpb.br/ncdh/wp-content/uploads/2017/04/EducandoEmDireitosHumanosV1.pdf#page=26>. Acesso em: 26 abr. 2021.

PHILIPPI JR, Arlindo Philippi; BRUNA, Gilda Collet. **Gestão Urbana e Sustentabilidade**. Barueri (SP): Manole, 2019.

PHILIPPI JR, Arlindo Philippi; FREITAS, Vladimir Passos de; SPÍNOLA, Ana Luiza Silva. **Direito Ambiental e Sustentabilidade**. Barueri (SP): Manole, 2016, v. 18.

PINHEIRO, Maristela Calvário; FERRARETO, Luciane Cristina. **Política Nacional de Agricultura Urbana: Estratégia para o combate à fome e promoção de segurança alimentar**. Disponível em: <https://www.agriculturaurbana.org.br/textos/artigo-fome-zero-Maristela-Luciane.pdf>. Acesso em: 05 jul. 2021.

PMC, Prefeitura Municipal de Curitiba. Agricultura Urbana conquista prêmio ODS Brasil. 2018. Disponível em: <https://www.curitiba.pr.gov.br/noticias/agricultura-urbana-de-curitiba-conquista-premio-ods-brasil/48705>. Acesso em: 20 jul. 2021.

PMC, Prefeitura Municipal de Curitiba. Do Tatuquara ao Sítio Cercado, a Prefeitura revitaliza hortas antigas. 2021. Disponível em: <https://www.curitiba.pr.gov.br/noticias/do-tatuquara-ao-sitio-cercado-prefeitura-revitaliza-hortas-antigas/59830>. Acesso 20 jul. 2021.

PRATES, Lucas Eduardo Allegretti. O Direito Humano à alimentação adequada e a questão agrária: lutas contra a fome no Brasil e na Índia. 107f. Monografia de graduação (Curso de Direito) - Setor de Ciências Jurídicas - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2014. p. 37-49.

PROGRAMA AGRICULTURA URBANA. Prêmio ODS Brasil 2018. Disponível em: <https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/3610/1/GOV%20-%20Programa%20Agricultura%20Urbana.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2021.

QUIRINO, Flávia. Geografia da Fome, uma Trajetória em busca do direito humano à alimentação e nutrição. Fian Brasil: 2017. Disponível em: <https://fianbrasil.org.br/geografia-da-fome-uma-trajetoria-em-busca-do-direito-humano-o-alimentacao-e-nutricao/>. Acesso em: 05 maio 2021.

RAMOS, Jaqueline B. Os impactos da alimentação para o meio ambiente. Akatu: 2011. Disponível em: <https://akatu.org.br/os-impactos-da-alimentacao-para-o-meio-ambiente/>. Acesso em: 29 maio 2021.

RBA. Número de pessoas com fome vai a 19 milhões, e insegurança alimentar dispara no Brasil. Redação Rede Brasil Atual. 2021. Disponível em: <https://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2021/04/pessoas-com-fome-19-milhoes-inseguranca-alimentar-dispara-no-brasil/>. Acesso em: 10 abr. 2021.

RECH, Adivandro. O zoneamento ambiental como plataforma de planejamento e sustentabilidade urbana. RECH, Adir Ubaldó. **Instrumentos de desenvolvimento e sustentabilidade urbana**. Caxias do Sul (RS): Educus, 2014, p. 29-49. Ebook. Disponível em: https://www.ucs.br/site/midia/arquivos/Instrumentos_de_Desenvolvimento_e_Sustentabilidade_Urbana.pdf. Acesso em: 10 jun. 2021.

RECH, Adir Ubaldio. Direito Urbanístico e Políticas Públicas de Ocupação Socioambientalmente Sustentáveis do Planeta. **RIDB**, ano 2, n. 9, 2013, p. 10151-10168. Disponível em:

https://www.cidp.pt/revistas/ridb/2013/09/2013_09_10151_10168.pdf. Acesso em: 01 maio 2021.

REISDORFER, Guilherme F. Dias. Definição e concretização do direito à cidade: entre direitos e deveres fundamentais. **Revista de Direito Administrativo Contemporâneo**. REDAC: v. 19, jul./agost. 2015, sem paginação. Disponível em:

http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/documentacao_e_divulgacao/doc_biblioteca/bibli_servicos_produtos/bibli_boletim/bibli_bol_2006/RDAdmCont_n.19.08.PDF. Acesso em: 12 jun. 2021.

RIBEIRO, Silvana Maria. **Agricultura Urbana Agroecológica sob o olhar da promoção da saúde: a experiência do projeto colhendo sustentabilidade**. 2013. 237 f. Dissertação (Pós-Graduação em Saúde Pública) - Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo, 2013. p. 35-48 e 55-66. Disponível em:

https://www.agriculturaurbana.org.br/textos/SilvanaRibeiro_tese_agroecologia_urbana_e_saude.pdf. Acesso em: 07 maio 2021.

RIBEIRO, Silvana Maria; AZEVEDO, Elaine de; PELICIONI, María Cecília Focesi;

BÓGUS, Cláudia; PEREIRA, Isabel Maria Teixeira Bicudo. Agricultura Urbana Agroecológica - Estratégia de Promoção da Saúde e Segurança Alimentar e Nutricional. **Revista Brasileira em Promoção da Saúde**, v. 25, n. 3, jul./set. 2012, p. 381-388. Ceará (CE): Universidade de Fortaleza. Disponível em:

<https://www.redalyc.org/pdf/408/40823864017.pdf>. Acesso em: 24 jul. 2021.

RIBEIRO, Silvana Maria; BÓGUS, Cláudia Maria; WATANABE, Helena Akemi Wada. Agricultura urbana agroecológica na perspectiva da promoção da saúde. **Saúde soc**, São Paulo (SP), v. 24. n. 02, abr/jun. 2015. Disponível em:

https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12902015000200730&lang=pt. Acesso em: 10 out. 2020.

ROESE, Alexandre Dinnys. Agricultura Urbana. **Embrapa**. Disponível em:

https://www.ufrgs.br/agriurb/wp-content/uploads/2020/02/ROESE_Agricultura_Urbana_Embrapa_ADM036.pdf. Acesso em: 23 jul. 2021.

ROLNIK, Raquel. Política Urbana no Brasil - Esperança em meio ao caos? São Paulo (SP): **Revista da ANTP**: 2003.

ROMEIRO, Paulo Somlanyi; FROTA, Henrique Botelho. **Megaprojetos de impacto urbano e ambiental: Violação de direitos, resistência e possibilidades de defesa das comunidades impactadas**. São Paulo (SP): UBDU, 2015, p. 15-23.

ROSA, André Henrique; FRACETO, Leonardo Ferenandes; CARLOS, Viviane Moschini. **Meio Ambiente e Sustentabilidade**. Ebook. 2012.

SAULE JÚNIOR, Nelson. A cidade como um bem comum, pilar emergente do direito à cidade. **O Direito Achado na Rua - Introdução crítica ao Direito Urbanístico**, v. 9. Brasília (DF): Unb, 2019, p. 145-154.

SAMPAIO, Rômulo. **Direito Ambiental**. Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro (RJ): Direito Rio, 2013, p. 3-46 e 62-64.

SANTILLI, Juliana. **Socioambientalismo e novos direitos: proteção jurídica à diversidade biológica e cultural**. Instituto Socioambiental e Instituto Internacional de Educação do Brasil. Brasília (DF): Editora Peirópolis, 2005, p. 10-55.

SANTOS, Gustavo Ferreira. Direito de Propriedade e Direito a um ambiente ecologicamente equilibrado: colisão de direitos fundamentais? Brasília (DF): **Revista de Informação Legislativa**, 2000. p. 15-28. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/603/r147-02.PDF?sequence=4&isAllowed=y>. Acesso em: 17 abr. 2021.

SANTOS, João Vitor. O retorno da fome ao Brasil está no centro de interesses econômicos e políticos. Instituto Humanitas Unisinos, abr. 2021. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/159-noticias/entrevistas/608687-o-retorno-da-fome-ao-brasil-esta-no-centro-de-interesses-economicos-e-politicos-entrevista-especial-com-maria-emilia-lisboa-pacheco>. Acesso em: 24 jul. 2021.

SARLET, Ingo Wolfgang. Contornos do Direito Fundamental à Saúde na Constituição de 1988. Porto Alegre (RS): **Revista da Procuradoria-Geral do Estado do Rio Grande do Sul**, v. 25, n. 56, p. 41-62, jul./dez. 2002.

SCHERER, Marcos D'Avila. **Regularização Fundiária: Propriedade, Moradia e Desenvolvimento Sustentável**. 2015. 106 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Jurídica) - Universidade do Vale do Itajaí, Itajaí (SC), 2015, p. 73-74. Disponível em: <http://siaibib01.univali.br/pdf/Marcos%20Davila%20Scherer.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2021.

SILVA, Romeu Faria Thomé da. **Manual de Direito Ambiental**. JusPodivm, 5 ed, 2015, p. 41-49, 58-66, 117-150.

SPITZCOVSKY, Débora. A maior horta já construída no topo de um prédio. 2015. Disponível em: <https://thegreenestpost.com/a-maior-horta-urbana-ja-construida-no-topo-de-um-predio/>. Acesso em: 21 jul. 2021.

SPITZCOVSKY, Débora. Horta urbana aérea: alimentos orgânicos são produzidos no topo dos prédios de NY. Super Interessante: 2016. Disponível em: <https://super.abril.com.br/blog/planeta/horta-urbana-aerea-alimentos-organicos-sao-produzidos-no-topo-dos-predios-de-ny/>. Acesso em: 21 jul. 2021.

SPITZCOVSKY, Débora. Tóquio mantém hortas nas estações de metrô para população cultivar orgânicos. Disponível em: <https://thegreenestpost.com/toquio-tem-hortas-urbanas-nas-estacoes-de-metro/>. Acesso em: 20 jul. 2021.

SUSTETARQUI. Fazenda Urbana em Curitiba terá cursos de agricultura urbana sustentável, jul. 2020. Disponível em:

<https://sustentarqui.com.br/fazenda-urbana-em-curitiba-tera-cursos-de-agricultura-urbana-sustentavel/>. Acesso em: 22 jul. 2020.

THE GREENEST POST. Estudo feito com Google Earth aponta: agricultura urbana é a saída para alimentar superpopulação das cidades, mar. 2018. Disponível em: <https://thegreenestpost.com/por-que-agricultura-urbana-e-saida-para-superpopulacao-de-metropoles/>. Acesso em: 04 de out. de 2020.

TONELO, Natália Todeschini. Nos quintais a revolução, nos pratos os direitos: a agricultura de base agroecológica enquanto uma das estratégias de promoção do direito humano à alimentação adequada. 109 f. Monografia de graduação (Serviço Social) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/166068/TCC%20Nat%20a1lia%20T%20Tonelo.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 06 jul. 2021.

TORRES, Katya Regina Isaguirre. Sistemas participativos de garantia: os sujeitos da ruralidade e seus direitos na sustentabilidade socioambiental. 2012. 270 f. Tese (Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2012, p. 61-78. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/27440/R%20-%20T%20-%20ISAGUIRRE-TORRES%2c%20KATYA%20REGINA.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 02 de abr. 2021.

TORRES, Katya Regina Isaguirre; MAFRA, Matheus. Uma Horta Nasceu no Concreto - Agricultura Urbana entre Sustentabilidade e Emancipação. **Anais. IX SEMINÁRIO NACIONAL SOCIOLOGIA & POLÍTICA**. Curitiba (PR): maio 2018. Disponível em: https://www.academia.edu/39858013/UMA_HORTA_NASCEU_NO_CONCRETO_Agricultura_urbana_entre_sustentabilidade_e_emancipa%C3%A7%C3%A3o. Acesso em: 04 set. 2020.

VALENTE, Flavio Luiz Schieck. Rumo à Realização Pleno do Direito Humano à Alimentação e à Nutrição Adequadas. Brasília (DF): Fian Brasil, 2016. Disponível em: https://fianbrasil.org.br/wp-content/uploads/2017/02/Rumo-%C3%A0-realiza%C3%A7%C3%A3o-plena-do-DHANA_Flavio-Valente.pdf. Acesso em: 05 maio 2021.

VALENT, Joice Zagna; OLIVEIRA, Letícia de; VALENT, Vinicius Dornelles. Agricultura Urbana: O desenvolvimento de um projeto social. Desenvolvimento Regional em Debate. **Revista Eletrônica do Projeto de Mestrado em Desenvolvimento Regional da Universidade do Contestado**, v. 7, n. 2, jul./dez. 2017. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/229774098.pdf>. Acesso em: 24 jul. 2021.

VALIERI, Tatiana Santiago Delattre. Agricultura Urbana em Curitiba: O caso da Loteamento Vitória Régia. 55 f. Monografia de Especialização (Especialista em Construções Sustentáveis) - Universidade Tecnológica do Paraná, Curitiba, 2012. Disponível em:

http://repositorio.roca.utfpr.edu.br/jspui/bitstream/1/796/1/CT_CECONS_II_2012_11.pdf. Acesso em: 04 out. 2020.

VELLEDA, Luciano. Hortas Urbanas produzem 20% dos alimentos consumidos no mundo. RBA, 2017. Disponível em: <https://www.redebrasilatual.com.br/ambiente/2017/03/hortas-urbanas-produzem-20-d-e-todo-o-alimento-produzido-no-mundo/>. Acesso em: 06 jul. 2021.

ZACARIAS, Fernando. Desenvolvimento Sustentável e Saúde Ambiental. **Saúde nas Américas**, v. 1, 2007, p. 218. Disponível em: <https://www.paho.org/hia2007/vol1regionalporcolab.html>. Acesso em: 07 maio 2021.